

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Vanessa Francine Garcia

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA PANDEMIA DO COVID-19:
UMA MENSURAÇÃO PARA ALÉM DA RENDA NO CONTEXTO
BRASILEIRO**

Santa Maria, RS
2022

Vanessa Francine Garcia

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA PANDEMIA DO COVID-19: UMA
MENSURAÇÃO PARA ALÉM DA RENDA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharela em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Santa Maria, RS
2022

Vanessa Francine Garcia

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA PANDEMIA DO COVID-19: UMA
MENSURAÇÃO PARA ALÉM DA RENDA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
a obtenção do título de **Bacharela em Ciências
Econômicas**.

Aprovada em 02 de agosto de 2022:

Sibele Vasconcelos de Oliveira, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Ednalva Felix das Neves, Dr^a. (UFSM)

Rita Inês Paetzhold Pauli, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

À educação, como instrumento de transformação social.

AGRADECIMENTOS

A jornada acadêmica não é um período fácil, mas seria muito mais difícil sem as pessoas que fizeram parte dela. Sou muito grata por trilhar este caminho acompanhada.

Em primeiro lugar, expresso meus sinceros e profundos agradecimentos à Prof^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira, minha orientadora durante a elaboração das Monografias I e II. Agradeço por sua generosidade em aceitar me orientar, por suas sugestões valiosas, pelas reuniões de orientação, pelas palavras de incentivo e pela compreensão em todas as etapas deste trabalho.

Agradeço à Prof^a. Ednalva das Neves e à Prof^a. Rita Pauli por aceitarem compor a banca examinadora, bem como pelas aulas e aprendizados transmitidos ao longo da graduação. Estendo meu agradecimento a todo o corpo docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFSM, com o qual tive o privilégio de aprender e conviver.

Agradeço profundamente à Prof^a. e Coordenadora do Curso, Kalinca Becker, pelo apoio, compreensão e colaboração em todos os momentos necessários. Ademais, agradeço à secretaria pelo auxílio e disponibilidade no decorrer destes anos de graduação.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria por seu ensino público, gratuito e de qualidade, o qual possibilita novos horizontes para mim e tantos outros. Agradeço pelas políticas de permanência e pelos programas e atividades ofertados, os quais tornam a Universidade um espaço plural e democrático.

Agradeço também aos colegas e ao setor de IPTU da Prefeitura Municipal de Santa Maria, onde realizei meu estágio extracurricular e tive a oportunidade de muitos aprendizados.

Agradeço à minha amiga, Eliane Fischborn, com a qual tive o prazer de morar e dividir apartamento desde que nos mudamos de nossa cidade natal para Santa Maria. Obrigada pelas noites de estudo à dentro, pelo incentivo, diálogo diário e por compartilhar alegrias, dúvidas e planos. Agradeço também aos meus amigos Gustavo Mamani e Erick Dias, companheiros de RU, com os quais sempre pude contar e compartilhar grandes momentos de felicidade e descontração.

Um agradecimento especial à minha amiga e colega de curso, Yasmin Nachtigall, que sempre se fez presente desde o início da graduação e de nossa amizade. Não teria chegado aqui sem você e sem seu apoio incondicional. Obrigada pelos grandes momentos e também pelos mais banais, que se tornam especiais do seu lado. Grata por compartilhar essa jornada contigo!

Agradeço aos demais amigos que me incentivaram no decorrer desta trajetória, compreenderam minha ausência quando essa se fez necessária e tornaram o percurso mais leve.

Finalmente, gostaria de expressar meu mais profundo agradecimento à minha família. Se chego até aqui, foi graças aos esforços dos meus pais, Francisco e Valmira, que possibilitaram a mim e aos meus irmãos o prosseguimento nos estudos. Profundamente grata por me apoiarem em tudo que me proponho a fazer; e por oferecerem cuidado, amor e incentivo sempre. Agradeço também aos meus irmãos, Cássio e Fábio, por serem quem são, pelos diálogos, pelos momentos de descontração, por compartilharem a infância e a vida adulta comigo.

No decorrer destes quatro anos e meio de graduação, muitas pessoas cruzaram meu caminho e tornaram a jornada mais leve, interessante e prazerosa. Agradeço a todas elas.

RESUMO

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA PANDEMIA DO COVID-19: UMA MENSURAÇÃO PARA ALÉM DA RENDA NO CONTEXTO BRASILEIRO

AUTORA: Vanessa Francine Garcia

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi desenvolvido para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir da metodologia proposta por Alkire e Foster (2007). A metodologia de análise da pobreza multidimensional foi desenvolvida sob a ótica de pobreza da Abordagem das Capacitações de Amartya Sen (2000), que define como pobre o indivíduo privado de suas capacidades básicas. Ao aplicar o método Alkire-Foster para os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID-19), o presente estudo buscou estimar um índice de pobreza multidimensional para o período da pandemia no Brasil. Dentre as mais diversas dimensões que influenciam o nível de bem-estar de uma pessoa, as utilizadas neste estudo foram: educação, saúde, trabalho, renda e habitação, em conformidade com a disponibilidade de dados da PNAD COVID-19. Os resultados obtidos através do modelo conceitual de análise construído apontam que 74,7% dos brasileiros são considerados multidimensionalmente pobres. Além disso, o nível de intensidade da pobreza que acomete estes indivíduos é 0,414, o que significa que são privados, em média, em 41,4% dos indicadores avaliados. Já o IPM estimado foi de 0,309, o que indica que a população brasileira sofre 30,9% do máximo de privações que poderia sofrer. Ao conferir um recorte de gênero para o índice, observou-se que as mulheres apresentam um IPM superior ao dos homens, indicando maiores proporções de privação. As pessoas não brancas (pretos, amarelos, pardos e indígenas), conjuntamente, apresentam um IPM superior ao das pessoas autodeclaradas brancas. No que tange à área geográfica, observou-se que os indivíduos que residem na zona rural são consideravelmente mais privados do que os indivíduos que vivem na zona urbana. Além disso, observou-se que as regiões com maior IPM são as Regiões Nordeste e Norte, respectivamente; já a região com menor incidência ajustada de pobreza é a Região Sul.

Palavras-chave: Privações. Desenvolvimento Humano. Método Alkire-Foster. PNAD COVID-19.

ABSTRACT

MULTIDIMENSIONAL POVERTY IN THE COVID-19 PANDEMIC: A MEASUREMENT BEYOND INCOME IN THE BRAZILIAN CONTEXT

AUTHOR: Vanessa Francine Garcia
ADVISOR: Prof^a. Dr^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

The Multidimensional Poverty Index (MPI) was developed for the United Nations Development Program (UNDP) based on the methodology proposed by Alkire and Foster (2007). The methodology of analysis of multidimensional poverty was developed from the perspective of poverty of Amartya Sen's Capability Approach (2000), which defines as poor the individual deprived of his basic capabilities. By applying the Alkire-Foster method to data from the National Household Sample Survey (PNAD COVID-19), the present study sought to estimate a multidimensional poverty index for the period of the pandemic in Brazil. Among the most diverse dimensions that influence a person's level of well-being, those used in this study were: education, health, labor, income and habitation, in accordance with the availability of data from the PNAD COVID-19. The results obtained through the conceptual analysis model constructed indicate that 74.7% of Brazilians are considered multidimensionally poor. In addition, the level of poverty intensity that affects these individuals is 0.414, which means that they are deprived, on average, in 41.4% of the evaluated indicators. The estimated MPI was 0.309, which indicates that the Brazilian population suffers 30.9% of the maximum deprivation it could suffer. When giving a gender cut to the index, it was observed that women have a higher MPI than men, indicating greater proportions of deprivation. Non-white people (black, yellow, brown and indigenous people), together, have a higher MPI than self-declared white people. Regarding the geographic area, it was observed that individuals who live in rural areas are considerably more deprived than individuals who live in urban areas. Furthermore, it was observed that the regions with the highest MPI are the Northeast and North regions, respectively; the region with the lowest adjusted incidence of poverty is the South Region.

Keywords: Deprivations. Human development. Alkire-Foster method. PNAD COVID-19.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e linhas de corte selecionados	42
Gráfico 1 – Percentual de privações nos indicadores de pobreza.....	53
Gráfico 2 – Comparação entre os resultados obtidos para homens, mulheres e Brasil.....	55
Gráfico 3 – Comparação entre os resultados obtidos para brancos, não brancos e Brasil	58
Gráfico 4 – Comparação entre os resultados obtidos para as zonas rural, urbana e Brasil	60
Gráfico 5 – Índice de Pobreza Multidimensional por macrorregião brasileira	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Incidência (H), intensidade (A) e IPM da população brasileira durante a pandemia do Covid-19	51
Tabela 2 – Resultados do IPM-COVID-19 para as macrorregiões brasileiras.....	61

LISTA DE SIGLAS

AF	Alkire-Foster
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de importância Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIS	Índice de Isolamento Social
INF	intervenções não farmacológicas
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPHI	Oxford Poverty & Human Development Initiative
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD COVID-19	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.1.1	Objetivo Geral	15
1.1.2	Objetivos Específicos	15
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	ESTRUTURA DA REDAÇÃO	19
2	POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E MENSURAÇÃO	20
2.1	EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA.....	20
2.2	DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS LIBERDADES	25
2.3	AS DIFERENTES MEDIDAS DE POBREZA	29
2.4	PANDEMIA DO COVID-19: ALGUMAS IMPLICAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO	32
3	METODOLOGIA	37
3.1	CONSTRUÇÃO DO MODELO CONCEITUAL DE ANÁLISE DO IPM-COVID-19... ..	39
3.1.1	Escolha da unidade de análise	39
3.1.2	Escolha das dimensões de pobreza	39
3.1.3	Definição dos indicadores e suas linhas de corte	42
3.1.4	Aplicação da primeira linha de corte	47
3.1.5	Contagem do número de privações de cada indivíduo	48
3.1.6	Definição e aplicação da segunda linha de corte	48
3.1.7	Cálculo da incidência da pobreza, ou Headcount	49
3.1.8	Cálculo do hiato de pobreza média, ou intensidade	49
3.1.9	Cálculo da incidência ajustada, ou IPM	50
3.1.10	Decomposição por grupos e desmembramento por dimensões	50
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
4.1	O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA PANDEMIA DO COVID-19.....	51
4.2	DECOMPOSIÇÃO DO IPM-COVID-19 POR SUBGRUPOS DA POPULAÇÃO ...	55
4.2.1	Decomposição do índice de pobreza por sexo	55
4.2.2	Decomposição do índice de pobreza por cor ou etnia	57
4.2.3	Decomposição do índice de pobreza por área geográfica: rural e urbano	59

4.2.4	Decomposição do índice de pobreza por macrorregiões do Brasil	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

No final de dezembro de 2019, várias unidades de saúde relataram aglomerados de pacientes com pneumonia de causa desconhecida em Wuhan, província de Hubei, na China (ZHU, 2020). Em 31 de dezembro de 2019, as autoridades chinesas alertaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o surto de coronavírus, posteriormente denominada SARS-CoV-2 (SCRIPPS RESEARCH, 2020). Um mês após, em 30 de janeiro de 2020, o Diretor Geral da OMS declarou que o surto de doença por coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) (WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO], 2020a).

Já no Brasil, a situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) foi comunicada em 3 de fevereiro de 2020 pelo Diário Oficial da União (2020). No dia 11 de março de 2020, com mais de 118 mil casos em 114 países e 4.291 óbitos, a OMS declara que a COVID-19 é caracterizada como pandemia (WHO, 2020b). Até a data de realização desta pesquisa, meados de julho de 2022, acumulam-se mais de 677 mil vidas perdidas no Brasil (WHO, 2022).

Por conta dos reflexos sobre a economia e organização social, a pandemia do Covid-19 acentuou um dos mais complexos problemas socioeconômicos do Brasil e do mundo: a pobreza. Da mesma forma, as desigualdades estruturais da sociedade brasileira foram intensificadas ao passo que a crise econômica ocasionada pela pandemia se ampliou. Juntamente da ampliação das privações a que foram submetidos os brasileiros, reforça-se a necessidade do debate e pesquisa acerca do tema.

De acordo com a OMS, o distanciamento social foi um dos principais meios de evitar a introdução da doença em novas áreas e de reduzir a transmissão entre as pessoas em áreas que o COVID-19 já estava circulando (WHO, 2020c). Entretanto, como consequência, teve-se uma paralização e/ou redução das atividades econômicas, resultando no crescimento do desemprego, pobreza e fome (NEVES et al., 2021).

Cabe esclarecer que são múltiplas as conceituações de pobreza, entretanto, genericamente, ela é definida como a falta do que é necessário para o bem-estar, ou, concomitantemente, quando as necessidades não são atendidas de forma adequada (ROCHA, 2006). O Banco Mundial utiliza o conceito de “linha de pobreza”, um limite monetário *per capita*, para designar em que momento o indivíduo se encontra na situação de pobreza: se o sujeito dispõe de uma renda inferior àquela renda da linha da pobreza, ele é considerado pobre.

Esta se caracteriza como uma abordagem unidimensional, tendo em vista que considera única e exclusivamente a renda como variável para a mensuração da pobreza. Ela é amplamente utilizada para comparações internacionais, devido a facilidade de sua estimação e comparabilidade. Entretanto, não é capaz de abarcar os vários aspectos da vida do indivíduo (VIEIRA, 2016).

O economista e filósofo Amartya Sen (2000) propõe uma interpretação alternativa do conceito de pobreza: a pobreza multidimensional, que se traduz na privação das capacidades do indivíduo. Para Sen (2000), pobre é aquele que não possui capacidades para ter uma vida com dignidade, entendimento de pobreza que vai para além de possuir ou não determinado nível de renda.

Assim sendo, a pobreza multidimensional engloba as privações do indivíduo nas diversas esferas de sua vida, tais quais: social, econômica, política e cultural. É caracterizada por variados fatores, como a exclusão social, baixa escolarização, condição precária de habitação, falta de saneamento básico e alimentação adequada, falta de acesso a bens e serviços, privação de direitos civis, entre outros. Tendo isso em vista, o conceito de pobreza multidimensional permite entender, com maior acurácia, a condição de vida das pessoas.

A partir da Abordagem das Capacitações de Sen (2000), Alkire e Foster (2007) desenvolveram uma metodologia *dual cut-off*, que originou o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). A metodologia que originou o IPM foi elaborada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é utilizada pelo órgão desde 2010, medindo não só a porcentagem de indivíduos que vivem privações, mas também a intensidade destas (PNUD, 2014). O IPM é uma medida internacional de pobreza utilizada pelo PNUD em mais de 100 países em desenvolvimento, capturando as privações que os indivíduos enfrentam em relação à educação, saúde e padrões de vida (ALKIRE; SANTOS, 2010).

Ao analisar a pobreza nas diversas facetas em que se apresenta, o IPM serve de embasamento para a focalização das políticas públicas e ações para a superação da problemática, bem como para a definição de indivíduos, famílias e territórios prioritários. Segundo o anual Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD (2020), cerca de 1,3 bilhão de pessoas, em 107 países em vias de desenvolvimento – 22% da sua população – viviam numa situação de pobreza multidimensional em 2018. Além disso, cerca de 690 milhões de pessoas – aproximadamente 8,9% da população mundial – são afetadas pela fome (UNITED NATIONS, 2020).

A crise do coronavírus – aliada à negligência do governo federal – atingiu os brasileiros de diversas formas, inclusive no que tange à saúde e ao emprego. Foram constatadas recordes

nas taxas de desemprego (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2021a), encerramento de atividades de empresas (IBGE, 2020a), falta de acesso a serviços de saúde – como leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), tubos de oxigênio etc. – decorrente da crescente demanda (FIOCRUZ, 2021). Além disso, a educação também sofreu impactos negativos com as dificuldades introduzidas pelo ensino remoto, e, dentre os mais afetados, estão as populações de baixa renda sem acesso à internet e/ou equipamentos para acessar a mesma (IBGE, 2021b). Ademais, muitos trabalhadores tiveram de se adequar à modalidade do *home office*, bem como conciliar o trabalho com a criação dos filhos que antes frequentavam creches e escolas (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2020).

Buscando diagnosticar as condições de vida da população brasileira durante os primeiros meses da pandemia, o IBGE realizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID-19. O questionário – aplicado via telefone – é dividido em duas partes: na primeira, constam questões relacionadas à saúde, e na segunda, questões sobre o mercado de trabalho (IBGE, 2020b). Com base na exploração deste banco de dados, é possível compreender as privações a que os brasileiros foram submetidos durante a *coronacrise*. Deste modo, o problema que permeia a presente pesquisa é o seguinte: quais os indicadores de maior privação e o nível de pobreza multidimensional que a população brasileira enfrenta durante a pandemia do Covid-19?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

A fim de responder ao proposto problema de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: estimar um índice de pobreza multidimensional para o Brasil durante o período pandêmico a partir da manipulação dos microdados da PNAD COVID-19.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são:

a) Debater sobre o conceito de pobreza multidimensional, bem como os esforços científicos para sua mensuração;

b) Propor um modelo conceitual de avaliação da pobreza multidimensional, com base na metodologia desenvolvida por Alkire e Foster (2007);

c) Decompor o índice por subgrupos da população, a fim de averiguar os grupos sociais mais atingidos pela pobreza durante a pandemia.

1.2 JUSTIFICATIVA

De um modo geral, o debate e pesquisa sobre a pobreza são pertinentes pela relevância que o tema assume no mundo atual. O grande número de pessoas em condição de vulnerabilidade social e pobreza no país e no restante do mundo coloca a temática no centro de discussões acadêmicas e sociais, bem como integra a agenda e pauta de governos nacionais e entidades internacionais (LIMA, 2002).

Embora haja o declínio da pobreza extrema nas últimas décadas, seu ritmo de decréscimo diminuiu e o mundo não está no caminho certo para atingir a meta de erradicar a pobreza até 2030. A pobreza extrema hoje está concentrada e afeta predominantemente as populações rurais. Além disso, a pobreza é, cada vez mais, acentuada por conflitos violentos e mudanças climáticas. O enfrentamento da extrema pobreza é um grande desafio devido à sua persistência e complexidade, envolvendo a interação de fatores sociais, políticos e econômicos (UNITED NATIONS, 2019).

Considerar a pobreza como multidimensional é importante, primeiramente, devido às limitações da concepção de pobreza como insuficiência de renda, ou seja, como um fenômeno unidimensional. Crespo e Gurovitz (2002) argumentam que a renda é uma medida incompleta das condições de vida dos indivíduos, tendo em vista que, para dado nível de renda, as condições de saúde e educação podem fazer com que o indivíduo esteja ou não em condição de pobreza.

Ao encarar a pobreza como um fenômeno multidimensional, é possível incorporar e entender os diversos elementos e dimensões que influenciam no nível de bem-estar dos indivíduos e da sociedade como um todo. Para além das variáveis monetárias, reconhece-se a influência de outros indicadores sobre a privação das capacidades das pessoas e que podem, portanto, atuar sobre o nível de pobreza. A pobreza, então, deixa de ser vista apenas como privação monetária e passa a ser analisada, também, de acordo com as privações de diversas outras dimensões.

A pobreza envolve aspectos de diversas naturezas: materiais, subjetivos, políticos e sociais. Levando isso em consideração, observa-se que, de fato, a pobreza se trata de um

fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas privações a ele associadas estão inter-relacionadas (CODES, 2008). Assim, as dificuldades de abordá-la recaem na sua complexidade e nas especificidades de diferentes contextos, dificultando o estabelecimento de parâmetros universais. O estabelecimento do que é pobreza varia, por exemplo, de áreas urbanas para rurais, devido a questões de acesso à terra, condições climáticas e outros quesitos socioeconômicos. Da mesma forma, até mesmo comparações intertemporais dentro de uma mesma sociedade são dificultadas em decorrência de novos valores e modificações nas condições de vida (ROCHA, 2006). Além disso, o fenômeno, sob essa perspectiva, pode ser entendido enquanto “armadilha da privação”, que se traduz em “um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza” (CODES, 2008, p. 24).

De acordo com Anand e Sen (1997), a abordagem do desenvolvimento humano argumenta que, apesar da renda ser importante, ela precisa ser complementada por medidas mais diretas. O progresso humano – seja considerado como bem-estar, realização, expansão das liberdades ou cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – abrange vários aspectos da vida humana. Os indicadores de renda e consumo refletem os recursos materiais que são vitais para a realização de muitas capacidades e o uso isolado de tais indicadores monetários reflete a suposição de que esses indicadores por si só bastam para uma análise acerca da pobreza. Entretanto, a pobreza econômica fornece uma orientação política insuficiente em relação às privações em outras dimensões (ALKIRE; FOSTER, 2007).

Ainda, segundo Souza (2014), as medidas de mensuração de pobreza baseadas em uma perspectiva unidimensional não conseguem incluir em sua estrutura de análise restrições não monetárias. Como exemplo, tem-se as restrições vinculadas às características físicas das pessoas, que fazem com que níveis iguais de renda conduzam a diferentes níveis de bem-estar. Logo, a abordagem monetária não é capaz de captar o bem-estar obtido através de bens e serviços públicos, como educação superior obtida através de Universidades Federais, acesso a serviços de saúde obtido através de órgãos públicos como o Sistema Único de Saúde (SUS), lazer através do acesso a eventos e lugares de Domínio Público, como mares, estradas e praças.

Tendo isso em vista, foram feitas tentativas de elaboração de medidas de pobreza sob o enfoque multidimensional. Alkire e Foster (2007; 2009) desenvolveram uma metodologia para a estimação de um índice de pobreza multidimensional, com a finalidade de abarcar as múltiplas privações que uma pessoa pode enfrentar em relação à educação, saúde e padrão de vida. Essa medida foi concebida e estruturada a partir do conceito de pobreza explorado na Abordagem das Capacitações, de Amartya Sen (2000).

Assume-se que a maneira particular de medir um fenômeno deve depender da finalidade para a qual a medida resultante será usada. No caso da medição da pobreza, destacam-se dois objetivos que mais se aproximam daqueles das atuais políticas (FOSTER, 2007):

- 1) Avaliação. A pobreza pode ser medida por um governo para fornecer uma avaliação contínua de como suas várias políticas estão afetando as condições dos pobres. Isso é parte integrante da busca de um governo responsabilizar-se por suas ações e fornecer informações precisas sobre uma base social e problema econômico. De acordo com este propósito, é crucial que a metodologia de medição em questão seja compreensível quanto ao seu significado e consistente e transparente na sua aplicação ao longo do tempo.
- 2) Diagnóstico. A pobreza pode ser medida para ajudar a descobrir suas causas e correlações, a fim de formular políticas de combate à pobreza. Desta forma, a premissa central é que a pobreza está relacionada a diversas variáveis sociais e econômicas, e que através de uma compreensão dessas relações e caminhos, pode-se formular políticas superiores àquelas que consideram apenas a renda para reduzir a prevalência da pobreza.

São diversas as vantagens de utilização do método AF (Alkire-Foster), dentre as quais pode-se destacar a identificação de pessoas multidimensionalmente pobres através do “*dual cut-off method of identification*”. O primeiro *cut-off* se refere ao corte específico de cada indicador, em que se identifica as pessoas privadas em cada um dos indicadores. Já o segundo *cut-off* se refere ao corte que identifica os indivíduos multidimensionalmente pobres ao somar o número de indicadores nas quais a pessoa é privada, ou seja, se refere ao número mínimo de indicadores em que um indivíduo precisa estar privado para ser considerado multidimensionalmente pobre.

Esse sistema de identificação *dual cut-off* dá clara prioridade àqueles que sofrem múltiplas privações e funciona bem em situações com muitas dimensões (ALKIRE; FOSTER, 2009).

Outra vantagem do método é a possibilidade de decomposição por dimensões, o que leva à identificação de qual dimensões possuem maior contribuição para o nível de pobreza da unidade de análise. Para além disso, é possível realizar recortes de raça, gênero, idade, região geográfica, dentre outros (ALKIRE; FOSTER, 2007).

A estimação de um índice de pobreza multidimensional contribui para o melhor direcionamento de políticas públicas integradas e intersetoriais voltadas para a redução e erradicação da pobreza. Segundo Codes (2008), através deste índice é ressaltada a importância de se observar as diferenças existentes entre os diversos grupos populacionais.

Ao atentar para a realidade do atual contexto pandêmico, Costa (2020) aponta que, além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, por conseguinte, a elevação da informalização do trabalho. O impacto nas atividades geradoras de renda é especialmente severo para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis e que estão na economia informal, verificando-se, além de demissões, redução na jornada de trabalho.

É comum que ocorram grandes aumentos nos índices de pobreza durante crises econômicas (PNUD, 2010). O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2020, p. 20) aponta que a pandemia do Covid-19 “pode ter precipitado cerca de 100 milhões de pessoas para uma situação de pobreza extrema”, o pior retrocesso numa geração. Além disso, a pandemia atinge com maior dureza e rapidez aqueles indivíduos que já eram vulneráveis ou que dispunham de poucos recursos e capacidades.

Assim, justifica-se a realização desta monografia e a estimação de uma medida de pobreza multidimensional durante a pandemia do Covid-19 no Brasil devido às amplas vantagens da utilização do método Alkire-Foster, bem como pela importância de se analisar a pobreza em um contexto tão inabitual quanto uma pandemia. Desta forma, reforça-se a necessidade de discussão acerca da pobreza, a fim de identificar quais as dimensões mais afetadas pela pandemia na vida dos indivíduos, bem como com fins de direcionamento de políticas públicas voltadas para a superação da pobreza.

1.3 ESTRUTURA DA REDAÇÃO

Esta monografia subdivide-se em 5 capítulos. Após esta introdução, é apresentado o referencial teórico, que tem por objetivo expor os conceitos, abordagens e mensuração da pobreza. Ainda, neste segundo capítulo, discute-se algumas das implicações da pandemia sobre o contexto socioeconômico brasileiro e mundial. No terceiro capítulo, são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa. Após este, consta a análise e discussão dos resultados. No quinto e último capítulo, encontram-se as considerações finais do trabalho e as referências bibliográficas.

2 POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E MENSURAÇÃO

Dentre os diversos conceitos de pobreza, o mais habitual é aquele em que a pobreza se traduz na privação da renda do indivíduo e, concomitantemente, o conceito de “linha da pobreza” é amplamente utilizado como instrumento de mensuração do fenômeno. Entretanto, são diversas as críticas a esta abordagem unidimensional, de modo que não há um consenso sobre qual é a medida mais adequada para mensurar este fenômeno tão complexo e abrangente.

Desta forma, este capítulo tem por objetivo apresentar a evolução da concepção de pobreza ao longo do tempo – até a perspectiva multidimensional proposta por Amartya Sen –, bem como as medidas utilizadas para sua mensuração. Além disto, discutir-se-á acerca dos impactos da pandemia no Brasil, principalmente no que concerne a questões de cunho socioeconômico e de saúde pública.

2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA

Definir o conceito de pobreza e escolher os procedimentos de mensuração adequados deve ser o resultado de uma análise de cada realidade social específica, levando em conta questões como o nível de desenvolvimento socioeconômico e tradições culturais de cada país (ROCHA, 2006). Segundo Rocha (2006), a percepção preliminar do que seja pobreza é essencial para estabelecer um quadro de referência para a análise e operacionalização de instrumentos de políticas sociais que combatam a pobreza. Ou seja, para a obtenção de bons resultados operacionais, é fundamental que se adote conceitos e instrumentos de medição que pareçam os mais adequados para cada contexto específico.

Rocha (2006) afirma que a preocupação com a pobreza e desigualdades se iniciou nos países desenvolvidos – e não nos países pobres, onde a situação é mais grave. Tal preocupação se acentuou com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental (CODES, 2008). Desta forma, a temática da pobreza se torna um objeto de investigação científica a partir da Revolução Industrial, quando pesquisadores e governantes iniciam as tentativas de identificação de suas causas e medição de sua dimensão (CODES, 2008).

De acordo com Rocha (2006), o tema emergiu em outras partes da Europa e em países em desenvolvimento no final do século XX, quando identificou-se que a pobreza não estava sendo solucionada a partir do crescimento econômico. A partir daí, a questão da pobreza ganha centralidade nas pautas governamentais e nos debates acadêmicos e sociais.

Desde então, o conceito de pobreza tem evoluído a fim de abarcar as complexidades do problema. Segundo Codes (2008), no que concerne à pobreza, são quatro as principais perspectivas conceituais: a da subsistência/pobreza absoluta, a das necessidades básicas, a da pobreza como privação relativa e a da pobreza como privação de capacidades, conferindo uma perspectiva multidimensional à problemática.

A ideia de “subsistência” ganha destaque na Inglaterra por volta de 1890, quando nutricionistas conduziram pesquisas para definir as necessidades mínimas que garantissem a sobrevivência dos pobres, ou seja, quanto de nutrientes e energia deveria ser ingerido por um indivíduo para que este não padecesse (CODES, 2008). As necessidades eram medidas por quantidades de pão, farinha ou dinheiro equivalente, e a pessoa considerada pobre era aquela cuja renda não fosse suficiente para sua própria manutenção física (TOWNSEND, 1993).

Pela ótica da insuficiência de renda, é estabelecido um valor monetário mínimo associado aos custos mínimos necessários para cada pessoa adquirir produtos do gênero alimentício (FERREIRA, 2016). A concepção da pobreza sob a perspectiva da *subsistência*, portanto, está vinculada a questões de sobrevivência física e atualmente é cunhada de “pobreza absoluta” (ROCHA, 2006). Essa definição nascida no final do século XIX exerceu grande influência acadêmica nos debates e práticas sobre o tema, bem como serviu de base para políticas nacionais e planos de desenvolvimento. É amplamente utilizada até os dias de hoje por órgãos internacionais, como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, através da medida de pobreza denominada como “linha de indigência”.

Segundo Townsend (1993), entretanto, essa abordagem é limitada, pois entende as necessidades humanas predominantemente como físicas. Para o autor, os indivíduos são seres sociais que desempenham papéis ativos dentro da sociedade, e não meros organismos isolados que necessitam apenas da reposição de energias corporais. É necessário levar em consideração que as pessoas integram círculos sociais complexos, e que dependem de serviços públicos providos de forma coletiva (CODES, 2008). Outra crítica à abordagem se dá pelo fato de que esta era utilizada para justificar os baixos índices de assistência, já que para combater a pobreza, apenas mantinham os indivíduos no nível de sobrevivência (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Outrossim, a segunda perspectiva de pobreza apontada por Codes (2008) é a das *necessidades básicas*, que consiste no primeiro passo em direção a um entendimento mais amplo do conceito, fugindo da concepção de necessidades de pura sobrevivência. Essa concepção traz a perspectiva da pobreza como contendo diversas facetas, manifestando-se por meio de variados tipos de carências.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), ela ganha evidência a partir de 1970, e aponta exigências de consumo básico de uma família: como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Tal concepção passa, então, a ser adotada por órgãos internacionais, especialmente aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os dois grupos de elementos que se categorizam como necessidades são: 1) um certo mínimo de requerimentos de uma família para consumo privado, tal como comida, abrigo, roupas, mobílias e equipamentos; e, 2) serviços essenciais providos por e para a comunidade, como água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura (CODES, 2008). Como medida de pobreza decorrente desta percepção, tem-se a “linha de pobreza” utilizada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O conceito de *pobreza como privação relativa* foi desenvolvido por cientistas sociais ao reconhecerem a interdependência entre o conceito científico de pobreza e as estruturas social e institucional vigentes na realidade. Essa mudança, além de incluir um conjunto maior de indicadores de privações sociais e materiais, constata que a relação existente entre privações e renda é mutável, tanto histórica quanto geograficamente. Desta forma, a pobreza é definida de acordo com o contexto social em que se vive, levando em conta o padrão de vida e a maneira com que as diferentes necessidades são atendidas em dada realidade socioeconômica (CODES, 2008).

Tendo isso em vista, os indivíduos pobres são aqueles que não possuem recursos e condições que lhes permitam desempenhar papéis sociais, participar de relações e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros de uma sociedade (CODES, 2008). De acordo com Rocha (2006), esse conceito objetiva delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em uma sociedade em que o mínimo para subsistência já é garantido.

Conforme destacam Crespo e Gurovitz (2002), o enfoque da privação relativa evoluiu para a perspectiva de *pobreza como privação das capacidades*, tendo como um dos principais expoentes e economista e filósofo indiano Amartya Sen, laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1998. Assim, a perspectiva multidimensional da pobreza deriva do conceito de pobreza como privação das capacidades, explorado na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen (2010).

O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2010) aponta: é quase universalmente aceito que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não podem ser avaliados somente através do nível de renda. Mesmo que o rendimento e os recursos sejam cruciais para o progresso, é necessário avaliar se as pessoas são passíveis de ter uma vida

saudável, receber educação e utilizar os seus conhecimentos e talentos para moldarem seus próprios destinos.

Conforme Sen (2000), a privação das capacidades básicas é mais relevante como critério de desvantagem do que o baixo nível de renda, tendo em vista que a renda é importante apenas de maneira instrumental, e seu valor derivado depende de muitas circunstâncias sociais e econômicas. Portanto, a pobreza pode ser definida como a privação das capacidades básicas de um indivíduo, e não apenas como uma renda inferior a um limite monetário pré-estabelecido.

A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados, como, por exemplo, a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos e civis; ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar funcionamentos, incluindo a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária (SEN, 2000).

Desta forma, a Abordagem das Capacitações pode ser considerada como uma “estrutura de avaliação de estados sociais baseada no bem-estar individual, que é definido a partir dos conceitos de funcionamento e capacidade” (SOUZA, 2014, p. 24). De acordo com Sen (2000), funcionamento diz respeito aos estados e ações concretizados pelo indivíduo, e podem variar desde estar alimentado e nutrido, ser alfabetizado, dispor de um teto para morar, até realizações mais complexas como desfrutar de cultura, possuir senso crítico ou ser feliz. Já a capacitação de uma pessoa diz respeito às oportunidades ou liberdades reais que uma pessoa dispõe para realizar funcionamentos, ou seja, capacidade é a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos. Enquanto comer é um funcionamento, a oportunidade real de comer é uma capacidade.

As capacitações são designadas liberdades “reais” porque dependem de inúmeros fatores: por exemplo, a capacidade de desfrutar de cuidados médicos requer a existência de clínicas de saúde, requer funcionários que vão trabalhar, que haja abastecimento de medicamentos e instrumentos médicos e que não seja recusado tratamento às pessoas casos estas não possam pagar pelo serviço ou em virtude de sua raça, gênero ou religião. Desta forma, tanto o rendimento quanto as instituições são importantes para a ampliação das capacitações e para o sucesso de políticas vitais. Contudo, o sucesso dessas políticas é avaliado em termos das vidas que as pessoas podem ter e desfrutar (PNUD, 2010).

A abordagem não nega que a privação de capacidades pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, pelo contrário, esta é uma relação que se dá em via de mão dupla:

(1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e, (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas (SEN, 2000, p. 34).

Entretanto, justamente pelo fato de apresentarem encadeamentos correlatos, é importante que não se cometa o erro de pensar que levar em conta as privações de renda, irá, de algum modo, dizer-nos algo sobre as privações de capacidade. Desta forma, o papel da renda – ainda que importantíssimo – deve ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. Ao fazer-se uso de uma base informacional que leve em conta variáveis que a perspectiva da renda tende a desconsiderar, poder-se-á entender melhor a pobreza das vidas e as liberdades humanas (SEN, 2000).

Por exemplo, um indivíduo que mora de aluguel em um apartamento na cidade de Santa Maria necessita de uma certa renda para comprar seus alimentos e manter seu nível nutricional. Enquanto isso, um morador do campo no interior da cidade de Vera Cruz é capaz de plantar e colher muitos dos alimentos que compõem sua dieta nutricional. Levando isso em conta, o indivíduo do campo pode dispor de uma renda mensal menor que a do morador da cidade, mas isso não quer dizer, necessariamente, que ele é mais pobre. E para além disso, o morador da cidade pode ser, multidimensionalmente, mais pobre que o morador do campo, mesmo dispondo de uma renda superior.

Nesse mesmo sentido, é possível encontrar pessoas com rendas elevadas – que seriam ricas no sentido monetário – mas que experenciam a pobreza quando são levados em consideração aspectos como participação na vida da comunidade e a realização de suas vocações (CRUZ, 2013 apud VIEIRA, 2016). Assim, a renda não é o único instrumento de expansão das capacidades, de modo que há diversos outros fatores que influenciam a privação de capacidades e, por conseguinte, a “pobreza real”.

Além disso, deve-se levar em consideração o fato de que o impacto da renda nas capacidades é contingente e condicional, visto que a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades distintas e mesmo entre diferentes famílias e indivíduos (CODES, 2008). Desta forma, os fatores causais que fundamentam algumas privações podem ser muito mais profundos do que a privação de renda, como por exemplo: incapacidades físicas, velhice, características típicas de cada sexo e fatores afins. Tais fatores são fontes particularmente sérias de deficiência de capacidades por estarem fora do controle das pessoas afetadas (SEN, 2000).

Mesmo que a renda não seja o único meio de expandir capacidades, o aumento das capacidades tende a andar juntamente com o aumento da produtividade e com o aumento de

renda, ou seja, um aumento das capacitações encadeia um aumento direto ou indireto no enriquecimento da vida humana. Por exemplo, uma pessoa incapacitada – seja por motivo de doença, velhice ou outra desvantagem – pode, por um lado, ter dificuldade para auferir renda, e, por outro, enfrentar maiores dificuldades para converter renda em capacidades (SEN, 2000).

Entretanto, com frequência, tenta-se fazer com que essas privações transpareçam ser menos graves do que são. Ilustrando, argumenta-se que a seguridade social tende a compensar a renda dos desempregados, entretanto, o desemprego “não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado”; é também uma fonte de efeitos debilitadores sobre liberdade, iniciativa e habilidades de um indivíduo. Dentre os múltiplos efeitos do desemprego, estão a exclusão social, a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e mental (SEN, 2000, p. 35 e 36).

Tendo em vista o exposto, as formulações e análises acerca da pobreza evoluíram ao longo dos anos, com vistas à ampliação da percepção sobre o fenômeno. Gradativamente, múltiplas dimensões foram sendo associadas à problemática e incorporadas às investigações sobre o tema (CODES, 2008).

Atualmente, reconhece-se que a pobreza é um fenômeno intrinsecamente multidimensional, levando em consideração que diversos fatores além da renda. Assim, estão associados a este conceito: falta de voz, poder e independência dos pobres, sujeitando-os à exploração; propensão a doenças; falta de infraestrutura básica, e de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

2.2 DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS LIBERDADES

A partir da Abordagem das Capacitações, o desenvolvimento passa a ter um enfoque mais “humano”, e não apenas monetário. O PNUD publicou, em 1990, o seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), com o recém-criado Índice de Desenvolvimento Humano. A premissa era de que o desenvolvimento nacional deveria ser medido não apenas pelo rendimento nacional, mas também pela esperança de vida e pela alfabetização (PNUD, 2010). De acordo com o seu vigésimo relatório (PNUD, 2010), a abordagem do desenvolvimento humano foi e é capaz de afetar uma geração inteira de responsáveis por políticas de desenvolvimento em todo o mundo, o que inclui milhares no âmbito do PNUD e em outras agências da ONU.

Sen (2010) destaca que uma concepção adequada de desenvolvimento engloba questões que estão além da acumulação de riqueza, do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e outras variáveis monetárias. Desta forma, é necessário enxergar para além do crescimento econômico, e isso não significa desconsiderar sua importância.

Para Sen (2000), é possível destacar cinco liberdades instrumentais que incidem diretamente sobre as capacidades dos indivíduos, de modo a se caracterizarem como interdependentes e, com isso, reforçarem umas às outras (ZAMBAM, 2009). São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora.

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em quais princípios. Além disso, inclui as possibilidades de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, etc. (SEN, 2000). Entretanto, os padrões de liberdades políticas entre países são difíceis de avaliar, tendo em vista que os regimes mais repressivos podem ser aqueles onde a comunicação de informação é mais difícil (PNUD, 2010).

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm de acessar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Dentre as facilidades econômicas estão os intitamentos econômicos (conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso de canais de aquisição/dotações). A fruição destes intitamentos dependerão dos recursos disponíveis que o indivíduo possui, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas desencadeiam no aumento de intitamentos econômicos da população (SEN, 2000; CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Oportunidades sociais são as disposições que a estrutura da sociedade oferece para que as pessoas vivam melhor. Assim, a expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida dos indivíduos. De acordo com Sen (2000), há evidências de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode, efetivamente, obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida da população. Além disso, a melhora nos serviços de saúde e na nutrição tornam a força de trabalho mais produtiva e bem remunerada (SEN, 2000).

As garantias de transparência referem-se à clareza das relações entre as pessoas, e das pessoas para com os mecanismos que regulam e garantem a confiança dos relacionamentos

institucionais. A transparência é um princípio que garante a clareza das atuações e decisões que ocorrem nas diversas estruturas sociais. Amparadas por instrumentos jurídicos e por instituições eficazes, essas garantias têm papel determinante e instrumental no combate e inibição da corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas (SEN, 2000; ZAMBAM, 2009).

A segurança protetora é aquela que proporciona uma rede de segurança social às pessoas que se encontram no limiar da vulnerabilidade e enfrentam privações em decorrência de mudanças materiais, como desemprego, desastres ambientais, entre outros. A segurança protetora impede que a população afetada sucumba à miséria absoluta, ou até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e renda complementar aos indigentes, bem como, por exemplo, distribuição de alimentos em crises de fome coletiva e vacinação em massa (SEN, 2000; CRESPO; GUROVITZ, 2002). Amartya Sen destaca:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se diretamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000).

As liberdades substantivas são um critério fundamental para a avaliação das políticas de desenvolvimento, assim como do progresso econômico de uma sociedade; e, concomitantemente, “as políticas de desenvolvimento são fortalecidas a partir da garantia e da operacionalidade das liberdades instrumentais” (ZAMBAM, 2009, 35). A partir disso, o crescimento econômico, de forma inter-relacionada, aumenta a renda e o acesso aos bens, além de fornecer condições ao Estado para investir nos programas de seguridade social. O fortalecimento dessas relações propicia o surgimento de oportunidades sociais que melhoram as condições de vida das pessoas e aprimoram o ordenamento social e institucional da sociedade. Tendo isso em vista, os investimentos em programas de educação básica, saúde, liberdade de imprensa, entre outros, são instrumentos determinantes para o crescimento econômico (ZAMBAM, 2009).

O desenvolvimento humano é, sobretudo, um aliado dos pobres, e não dos ricos e abastados. Seus benefícios vão além da melhora direta da qualidade de vida das pessoas, e

incluem, também, influência sobre suas habilidades produtivas, que, por sua vez, resultam no crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada. Além disso, o desenvolvimento humano, através da educação, contribui para a redução das taxas de fecundidade, visto que elevadas taxas podem ser consideradas prejudiciais à qualidade de vida de mulheres jovens. O ganho de poder das mulheres – por meio de mais empregos fora de casa, mais educação escolar etc. – é eficaz para a redução das taxas de fecundidade, além de que, o seu potencial para influenciar as decisões familiares aumenta quando elas ganham mais poder (SEN, 2000).

De acordo com o autor (2000), a consciência dos custos pode ajudar a dirigir o desenvolvimento humano por canais que sejam mais produtivos para a qualidade de vida. O que realmente deveria ser ameaçado pelo comedimento financeiro é, na verdade, o uso de recursos públicos para finalidades nas quais os benefícios sociais não são nada evidentes, como, por exemplo, os vultosos gastos com o poderio bélico em inúmeros países pobres nos dias de hoje:

O comedimento financeiro deveria ser o pesadelo do militarista, e não do professor primário ou da enfermeira do hospital. É um indício do mundo desordenado em que vivemos o fato de o professor primário e a enfermeira se sentirem mais ameaçados pelo comedimento financeiro do que um general do exército. À retificação dessa anomalia requer não a crítica ao comedimento financeiro, e sim um exame mais pragmático e receptivo de reivindicações concorrentes dos fundos sociais (SEN, 2000, p, 172).

Desta forma, o desenvolvimento necessita estar relacionado, acima de tudo, com a melhora da vida que os indivíduos levam e das liberdades que os mesmos desfrutam. Posto isso, desenvolvimento é a expansão das liberdades das pessoas de viverem a vida que escolhem; e essa expansão torna a vida mais rica, bem como permite que coloquemos em prática nossos quereres, nos tornando seres sociais mais completos. Tendo isso em vista, as pessoas tornam-se, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente quanto em grupos (SEN, 2000; ALKIRE, 2010; PNUD, 2010).

Na Abordagem das Capacitações, as liberdades individuais substantivas possuem centralidade, tendo em vista que o êxito de uma sociedade deve ser avaliado, nessa perspectiva, segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam. Além de servir de base para avaliação de êxito ou fracasso, a liberdade é o principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social. Quanto maiores as liberdades e capacidades, melhor o potencial das pessoas de originar a mudança, seja na esfera familiar ou profissional, nas suas comunidades ou à uma escala de maior grau (SEN, 2000; PNUD, 2010).

Esse potencial ou aptidão de moldar sua vida e contribuir com questões centrais para o processo de desenvolvimento confere ao indivíduo a “condição de agente”, ou seja, de alguém que age, ocasiona mudança e participa de ações econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, os indivíduos não precisam ser vistos apenas como beneficiários passivos de programas de desenvolvimento, mas como agentes ativos e capazes de contribuir para a promoção do mesmo (SEN, 2000). De acordo com Zambam (2009), a expansão das liberdades é um critério fundamental para que o indivíduo desenvolva a sua condição de agente.

Tendo isso em vista, a liberdade não precisa ser valorizada devido às vantagens que proporciona, mas por conta de seu valor próprio, que integra as pessoas na dinâmica social, aprimora as relações, fortalece a cooperação e orienta o processo de desenvolvimento socioeconômico para exercício das liberdades substantivas. Desta forma, “a liberdade possibilita o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas num processo de permanente integração e cooperação” (ZAMBAM, 2009, p. 17).

Sintetizando: a expansão da liberdade é o fim primordial e, simultaneamente, o principal meio do desenvolvimento (SEN, 2000).

2.3 AS DIFERENTES MEDIDAS DE POBREZA

Há grandes controvérsias sobre qual indicador seria o mais apropriado para mensurar a pobreza. De acordo com Castro (2011), a pobreza como insuficiência de renda considera a pobreza um fenômeno complexo, entretanto supõe que a renda é o indicador que melhor traduz o nível de bem-estar. A partir desta perspectiva, foram criados índices e medidas de mensuração de pobreza como a “linha de indigência” e a “linha de pobreza”, utilizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Tais medidas são o enfoque mais considerado no discurso e nas práticas de mensuração da pobreza.

De acordo com Rocha (2006), a linha de indigência é definida como a renda monetária necessária para atender somente às necessidades básicas de alimentação. Portanto, os indigentes são aqueles que dispõem de uma renda situada abaixo do valor estabelecido como linha de indigência e são incapazes de atender ao conjunto de necessidades nutricionais. Já a linha de pobreza é renda necessária para suprir um conjunto mais amplo de necessidades. Deste modo, pobres são aqueles que dispõem de uma renda situada abaixo do valor estabelecido como linha da pobreza, e, portanto, são incapazes de atender ao conjunto de necessidades consideradas básicas naquela sociedade.

Albuquerque e Cunha (2012) apontam que, entre os critérios de definição dessas linhas, utilizam-se o rendimento pessoal em dólar, o rendimento per capita familiar ou domiciliar com base no salário mínimo, o consumo de calorias necessárias para a subsistência (kcal) ou a cesta básica convertida em renda. Entretanto, como salientado por Rocha (2006, p. 13 e 14), “é compreensível que a definição de um valor associado ao atendimento de todas as necessidades básicas – alimentares e não alimentares – seja tão frequentemente cercada de controvérsias”, visto que há julgamentos de valor que dizem respeito ao que deve ou não ser incorporado no valor de consumos que são habituais em determinada sociedade, assim, as linhas estabelecidas são sempre relativas e fruto de uma convenção.

Embora úteis para fins de comparações intertemporais e entre países, a linha de pobreza e indigência não retratam as diversas dimensões da pobreza, uma vez que o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto complexo de fatores sociais e não somente pela renda (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012). Ainda, as mesmas não levam em consideração o fato de que as pessoas podem estar apenas um pouco ou muito abaixo da linha, além de que a distribuição de renda entre os pobres pode ser muito desigual (SEN, 1976). Portanto, conforme destaca Rodrigues (2014, p. 2):

Definir o fenômeno da pobreza a partir de um corte metodológico fundamentado numa única medida de bem-estar é tratar o problema de forma superficial, abdicando-se de enxergar com nitidez as suas principais raízes e os caminhos mais estratégicos para a sua superação.

Abordagens que diferenciam da perspectiva monetária surgem no meio acadêmico em decorrência das críticas direcionadas à esta abordagem unidimensional. Ao apontar-se que a concepção do enfoque da renda não é suficiente para mensurar a pobreza, buscou-se incluir em suas análises variáveis não monetárias e de cunho social (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012).

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi desenvolvido por Alkire e Santos (2010), expoentes da Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), para o 20º Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, baseando-se no método de *dual cut-off* de Alkire e Foster (2007). O índice inovador vai além do foco tradicional na renda, com a finalidade de refletir as múltiplas privações que uma pessoa pobre enfrenta em relação à educação, saúde e padrão de vida (ALKIRE; SANTOS, 2010).

O IPM avalia a natureza e a intensidade da pobreza no nível individual, caracterizando como pobres os indivíduos que sofrem múltiplas privações. Tal índice é a primeira medida internacional desse tipo, oferecendo um complemento essencial às medidas de pobreza pela renda. O IPM pode ser utilizado como ferramenta analítica para identificar as pessoas mais

vulneráveis, mostrar aspectos em que estão privados e ajudar a revelar as interconexões entre as privações. Isso pode permitir que os formuladores de políticas direcionem recursos e criem políticas de forma mais eficaz. Assim sendo, a OPHI, em 2010, conclui o primeiro estudo de estimativa e análise da pobreza multidimensional, fazendo uso de dados de pesquisas domiciliares existentes e estimando o IPM para 104 países em desenvolvimento (ALKIRE; SANTOS, 2010).

O IPM varia entre 0 (ausência da pobreza) e 1 (pobreza extrema) e seu valor é o resultado do produto entre a incidência e a intensidade da pobreza. A incidência é dada pela proporção de indivíduos pobres em relação ao total de indivíduos. Já a intensidade da pobreza é a proporção de indicadores em que, em média, as pessoas pobres sofrem privação (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020).

Há diversas contribuições sobre a temática da pobreza multidimensional na literatura brasileira, dentre os quais podem-se citar o trabalho de Fahel, Teles e Caminhas (2016), em que aplicam o método AF e realizam uma análise do caso brasileiro com os dados da PNAD de 2002, 2007, 2012 e 2013; os autores decompõem o índice para as macrorregiões brasileira, a fim de analisar a disparidade de pobreza entre elas. Ademais, Vieira, Kuhn e Marin (2021) estimam um índice de pobreza multidimensional para o Rio Grande do Sul, bem como decompõem o índice para os municípios do estado, observando grandes diferenças nos níveis de pobreza destes. Batista e Oliveira (2021) estabelecem um recorte de gênero aos dados da PNAD de 2015, analisando a pobreza feminina multidimensional no território brasileiro, a qual observou-se que se sobressai na região Norte. São crescentes os esforços de analisar a pobreza sob uma perspectiva multidimensional, a fim de complementar as medidas de pobreza através da renda, bem como entender e mensurar as dimensões que interferem no nível de bem-estar e nas capacidades de um indivíduo.

Essa análise das privações contribui para o melhor direcionamento de programas sociais, visto que ajuda a priorizar ações e políticas de combate para as privações mais urgentes. Ao visar a promoção social dos pobres, o IPM torna-se um valioso instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução e erradicação da pobreza.

2.4 PANDEMIA DO COVID-19: ALGUMAS IMPLICAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO

A pandemia exigiu, de maneira imediata e emergencial, a adoção de medidas que visassem reduzir a transmissão do vírus e minimizar os efeitos da crise sanitária que se instalou

em todo o mundo. A fim de achatar a curva de contágio, bem como frear o aumento exponencial de mortes, os governos instauraram medidas de isolamento social, como a quarentena. De acordo com Lima e Freitas (2020), apesar de benéficas para a política de saúde pública, tais medidas desencadeiam diversos reflexos na economia. A restrição de circulação das pessoas, bem como a suspensão do funcionamento de empresas qualificadas como não essenciais, foi determinante para a queda da atividade econômica.

De acordo com Silber (2020), pesquisas sobre pandemias anteriores indicam que países que adotaram estratégias de isolamento mais radicais tiveram uma mais rápida recuperação econômica. Neste contexto, devido à elevada infectividade do agente etiológico da COVID-19, denominado SARS-CoV-2, são indicadas intervenções não farmacológicas (INF), que consistem em medidas de saúde pública com alcance individual, ambiental e comunitário. Dentre as medidas individuais estão a lavagem das mãos, a etiqueta respiratória e o distanciamento social. As medidas ambientais referem-se ao arejamento e exposição solar de ambientes, e à limpeza de objetos e superfícies. Como medida comunitária, destacam-se a restrição ao funcionamento de escolas, universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros locais onde há aglomeração de pessoas (GARCIA; DUARTE, 2020).

Garcia e Duarte (2020, p. 3) destacam que a proteção da saúde pública deve ser o norte das decisões a serem tomadas pelos gestores e autoridades. Além disso, é fundamental que tais decisões “sejam baseadas nas melhores evidências disponíveis e comunicadas de forma transparente, para se promover a confiança da população”. Desta forma, as orientações das autoridades e a adesão das pessoas às INF são determinantes para o curso da epidemia da COVID-19 no Brasil (GARCIA; DUARTE, 2020).

No Brasil, em fevereiro de 2020, foi decretada a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos. Apesar do reconhecimento científico acerca da eficácia do uso de máscaras, o presidente Jair Bolsonaro discursou contra o seu uso e criticou medidas de isolamento no combate à pandemia de Covid-19 (RODRIGUES, 2020). Ao influenciar a população a não fazer uso do item de proteção individual mundialmente recomendado, negligencia-se a importância das medidas protetivas, bem como põe-se em risco a vida da população. Além disso, Bolsonaro vetou a obrigatoriedade do uso de máscara em escolas, comércio, instituições de ensino, igrejas e templos. Entretanto, deputados e senadores decidiram, em sessão conjunta do Congresso Nacional, derrubar o veto do presidente (CALGARO, 2020). Natividade et al. (2020) ressalta que a maneira como as autoridades

reportam sobre a importância do isolamento podem trazer maior ou menor confiança na medida, e, por conseguinte, influenciar no curso da pandemia.

Tais negligências contribuíram para o que Castro (2021) chama de “maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil”. Segundo edição do Boletim Extraordinário do Observatório Covid-19 Fiocruz, no momento de sua formulação em março de 2021, 24 estados e o Distrito Federal estavam com taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no Sistema Único de Saúde (SUS) iguais ou superiores a 80%, sendo 15 com taxas iguais ou superiores a 90%. Em relação às capitais, 25 das 27 estavam com essas taxas iguais ou superiores a 80%, sendo 19 delas superiores a 90% (FIOCRUZ, 2021).

Sob a perspectiva econômica, tampouco se apresentava favorável o cenário. Costa (2020) aponta que a crise revelou e intensificou as fragilidades da economia brasileira, que se baseia na austeridade, na desindustrialização, no trabalho informal e na especialização da produção de bens primários para exportação.

Paiva e Paiva (2021) apontam que os setores mais afetados pela pandemia foram os de serviços e de comércios, devido as medidas de isolamento social para contenção do contágio da Covid-19. Os autores destacam que as perdas no faturamento do comércio resultaram na redução de 1,7 milhão de postos de trabalho em 2020, de um total de 16 milhões de pessoas que trabalhavam no setor no período imediatamente anterior à crise. Já, dentro do setor de serviços – que representa cerca de 63% do PIB brasileiro e 68% do emprego – os serviços de Alojamento e Alimentação destacaram-se pelos resultados negativos: houve uma redução de faturamentos estimada em 21,3% comparado ao ano anterior, o que significou a redução de 1,2 milhão de postos de trabalho. Além destes, os serviços de empregados domésticos sofreram uma redução, em 2020, de 19,2% comparado a 2019, significando uma redução de 1,2 milhão de postos de trabalho; as demissões de profissionais desta área são explicadas pela queda do rendimento das famílias, bem como pela adesão ao *home office* (PAIVA; PAIVA, 2021). Outro setor gravemente afetado foi o setor industrial, com uma redução, em abril de 2020, de 18,8%, em relação a março do mesmo ano (LIMA NETO et al., 2020).

Segundo Costa (2020), além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, por conseguinte, a elevação da informalização do trabalho. De acordo com o IBGE (2021a), a taxa de desemprego foi de 14,7% no trimestre fechado em abril de 2021, somando-se 14,8 milhões de indivíduos em busca de um trabalho no país. Essa taxa e o contingente de desocupados consiste no maior da série desde 2012.

O impacto nas atividades geradoras de renda é especialmente severo para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis e que estão na economia

informal, verificando-se, além de demissões, redução na jornada de trabalho (COSTA, 2020). Desta forma, a pandemia atingiu com maior intensidade a população que:

(...) tem rendimentos baixos e irregulares, sem acesso a água potável, moradia digna, sistemas privados de saúde e sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada, como férias, salário mínimo, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica e seguro-desemprego (COSTA, 2020, p. 971).

Neste mesmo sentido, Paiva e Paiva (2020) reforçam a ideia de que a pandemia afeta mais intensamente a população economicamente mais vulnerável, assalariada e informal, na qual há um expressivo percentual de negros. Ademais, observou-se que o fechamento de escola e creches impôs às mulheres o cuidado dos filhos, impossibilitando, em muitos casos, a conciliação entre o trabalho fora de casa e o trabalho – não remunerado, diga-se de passagem – do cuidado. Desta forma, os reflexos da pandemia variaram muito de acordo com a cor da pele e o gênero do indivíduo (PAIVA; PAIVA, 2020). No Brasil, o enfrentamento do problema tem sido bastante tímido por parte do poder público, levando os noticiários a revelarem crescimento no número de demissões em vários setores (COSTA, 2020).

Ao pesquisar sobre as condições de vida e distanciamento social em Salvador, Bahia, Natividade et al. (2020) sinaliza uma correlação entre estes fatores, já que os bairros com maior índice de pobreza possuem o menor percentual de Índice de Isolamento Social (IIS). Isso se dá porque a distribuição da saúde e da doença está associada à posição social, que, por sua vez, define quais as condições de vida e trabalho dos indivíduos. Além disso, o contexto de trabalho informal limita as condições de proteção ao trabalhador, uma vez que enfrenta mais exposição e necessidade de manutenção da atividade informal como meio de sobrevivência. Os autores ressaltam, dessa forma, que pessoas residentes nas áreas periféricas ou favelas estão sujeitas a ameaças a sua sobrevivência – ao enfrentar privações no acesso a alimentação e padrões mínimos de higiene e salubridade –, e ao maior risco a sua integridade física e psicológica (NATIVIDADE et al., 2020).

É comum que ocorram grandes aumentos nos índices de pobreza durante crises financeiras. Os impactos sobre os rendimentos dependem da existência ou não de sistemas adequados de apoio ao desemprego: quando não existe proteção social, as pessoas que perdem o emprego são obrigadas a fazer a transição para a economia informal, onde os salários são mais baixos e a vulnerabilidade é superior. Além disso, enquanto milhões de pessoas ficam desempregadas, outras, como alguns investidores, são protegidas pelo seguro de depósitos ou se beneficiam de planos de resgate. Os que ganham – em termos relativos e, por vezes, absolutos

– são geralmente os que possuem mais bens, melhor informação, maior agilidade financeira e as pessoas influentes (PNUD, 2010).

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil aponta que, entre novembro de 2021 e abril de 2022, haviam 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com algum nível de insegurança alimentar, e 33 milhões de pessoas em situação de fome no país. Além disso, pontua-se que a insegurança alimentar grave (fome) subiu de 9% para 15,5%, entre o último trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2022. Isso quer dizer que, em pouco mais de um ano, são incorporados 14 milhões de novos brasileiros ao exército de famintos do país. A piora nos percentuais de insegurança alimentar é reflexo das desigualdades sociais resultantes de processos econômicos e políticos, bem como destruição de instituições e políticas públicas, desde o ano de 2016. Ao atentar para os recortes feitos na pesquisa, observou-se que os domicílios rurais são mais afetados pela insegurança alimentar, com 18,6% destes enfrentando a fome em seu cotidiano. Além disso, as regiões com maiores percentuais de insegurança alimentar grave são o Norte e o Nordeste, respectivamente. Como já exposto, mulheres e negros sofreram de forma mais intensa os reflexos da pandemia, e isso também se reflete na questão alimentar: a fome atingiu mais as famílias que têm mulheres ou pessoas autodenominadas pretas ou pardas como chefe de domicílio (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL [REDE PENSSAN], 2022).

Sob a perspectiva unidimensional de pobreza, o relatório do Banco Mundial (2022), Pobreza e Equidade no Brasil – Mirando o Futuro Após Duas Crises, aponta que no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres, e cerca de 8% viviam na extrema pobreza. De acordo com a definição utilizada, estão abaixo da linha da pobreza as pessoas com renda per capita inferior a 499 reais por mês. O programa Auxílio Emergencial, iniciado em 2020, ajudou a conter o aumento da pobreza monetária naquele ano; entretanto, a redução da cobertura e valores do programa em 2021 não foi complementada por uma melhora no mercado de trabalho, o que levou a uma taxa de pobreza e desigualdade maior em 2021 do que em 2020 (THE WORLD BANK, 2022).

Sob a mesma perspectiva, a CEPAL, através de seu relatório Panorama Social da América Latina 2021, apontou que a taxa de extrema pobreza na América Latina teria aumentado de 13,1% em 2020 para 13,8% em 2021, um retrocesso de 27 anos. Isso significa que o número de pessoas em extrema pobreza passou de 81 para 86 milhões (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE [CEPAL], 2022).

A pandemia tem atingido, com maior dureza, rapidez e profundidade, aqueles que já eram vulneráveis, marginalizados ou que dispunham de poucos recursos e capacidades, o que acaba por intensificar as desigualdades sociais. Os desequilíbrios sociais alimentam as desigualdades em termos de desenvolvimento humano, que, em última instância, consistem em disparidades ao nível de capacitação – restringindo a margem para a deliberação e a ação coletiva (PNUD, 2020). A partir dos dados e apontamentos expostos, verifica-se que a pandemia se mostrou avassaladora no que tange à pobreza e às desigualdades sociais, levando milhões de pessoas à fome e à pobreza extrema. Faz-se necessário, portanto, a investigação científica acerca dos reflexos, a curto e longo prazo, desse fenômeno sem precedentes.

3 METODOLOGIA

Com base em seus objetivos geral e específicos, esta pesquisa se caracteriza como de natureza exploratória, ao buscar a familiarização com a temática da pobreza. Caracteriza-se, também, como descritiva, ao buscar estimar e analisar o nível de pobreza multidimensional da população brasileira durante o período pandêmico.

Quanto aos procedimentos metodológicos, é realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em diversas fontes de referências científicas, tais como livros, artigos, revistas eletrônicas e relatórios. Nesta etapa da pesquisa, busca-se aprofundar o entendimento acerca da questão da pobreza com base nas contribuições científicas já realizadas sobre o assunto. Esta fase busca, mais especificamente, traçar a evolução do conceito de pobreza – até a atual concepção de pobreza como fenômeno multidimensional –, compreender os procedimentos e técnicas para mensuração da mesma, bem como destacar os impactos da pandemia do Covid-19 nas condições socioeconômicas dos brasileiros.

Quanto à escolha do objeto de estudo, a pesquisa pode ser classificada como estudo por amostragem probabilística. Para tal, operacionalizou-se o levantamento de dados secundários, provenientes da base construída e disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nesta fase da pesquisa, utilizou-se dos microdados da PNAD COVID-19, a fim de realizar a aplicação do método Alkire-Foster. Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa – neste caso, indivíduos –, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, com a finalidade de preservar o sigilo das informações (IBGE, 2020c).

O questionário da PNAD COVID-19 se divide em duas partes, sendo a primeira relacionada a questões de saúde e a segunda relacionada a questões de trabalho. A respectiva pesquisa foi desenvolvida com os objetivos de mensurar o impacto da pandemia do coronavírus no mercado de trabalho brasileiro e na renda total da população, além de coletar informações relacionadas aos sintomas de síndrome gripal, que poderiam estar associados à doença, e ao impacto nos estabelecimentos de saúde. A pesquisa abrangeu o período de maio de 2020 até novembro de 2020. Como destaques, a pesquisa apresentou resultados relevantes sobre a prevalência da testagem positiva da Covid-19, o trabalho em *home office* e o papel do auxílio emergencial na renda domiciliar (IBGE, 2020b, 2020d).

Deste modo, a população de interesse consiste na população brasileira durante o período da pandemia no Brasil; já a amostra – obtida através de entrevistas realizadas por telefone – configura em cerca de 193 mil domicílios, considerando-se todos os moradores da residência,

ao longo de toda a extensão do território nacional. Manipularam-se os dados referentes ao mês de novembro de 2020, amostra mais recente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19.

Quanto à forma de abordagem, o presente projeto de pesquisa possui cunho quali-quantitativo. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto na coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Já a abordagem qualitativa trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto (OLIVEIRA, 2011). Tendo isso em vista, a combinação entre os tratamentos quantitativos e qualitativos – também denominada abordagem quali-quantitativa – visa fornecer um quadro mais geral da questão em estudo. Assim, a monografia toma tal caráter ao usar da descrição qualitativa para captar a essência do fenômeno denominado pobreza, com a finalidade de compreender os diferentes entendimentos deste; e ao dar um tratamento quantitativo a fim de tentar mensurar a incidência desse fenômeno amplamente complexo.

E finalmente, como técnica de análise de dados, fez-se uso de estatística descritivo-inferencial – através do programa *Microsoft Excel* –, uma vez que o método Alkire-Foster simplifica a estrutura dos dados e sintetiza informações de um grande número de variáveis e observações envolvidas. O método AF mede a pobreza no nível individual de análise, levando em consideração diversos critérios, como as dimensões e indicadores. O método é flexível e pode ser usado com diferentes dimensões, indicadores, pesos e cortes para criar medidas específicas para diferentes sociedades e situações. À medida em que dados se tornam disponíveis, é possível incorporá-los no cálculo do IPM. Tal método pode mostrar a incidência, intensidade e profundidade da pobreza, bem como a desigualdade entre os pobres (ALKIRE; SANTOS, 2010).

Os doze passos descritos por Alkire e Foster (2007) para a aplicação do método são:

1. Escolha da unidade de análise;
2. Escolha das dimensões de pobreza;
3. Definição dos indicadores para cada uma das dimensões;
4. Definição das linhas de corte;
5. Aplicação da primeira linha de corte;
6. Contagem do número de privações para cada indivíduo;
7. Definição da segunda linha de corte;
8. Aplicação da segunda linha de corte;

9. Cálculo da incidência de pobreza;
10. Cálculo do hiato de pobreza média;
11. Cálculo da incidência ajustada;
12. Decomposição por grupos e desmembrar por dimensões.

Alicerçado nos doze passos acima, obter-se-á um índice de pobreza multidimensional para o caso brasileiro durante o período da pandemia. Desta forma, a seção subsequente detalha cada um dos passos, bem como os aplica ao caso brasileiro, utilizando-se dos dados da PNAD COVID-19.

3.1 CONSTRUÇÃO DO MODELO CONCEITUAL DE ANÁLISE DO IPM-COVID-19

3.1.1 Escolha da unidade de análise

Com base no primeiro passo do método desenvolvido por Alkire e Foster (2007), tomou-se por unidade de análise todos os indivíduos que residem nos domicílios selecionados e que responderam à PNAD COVID-19 no mês de novembro de 2020, que consiste na amostra mais recente da pesquisa brasileira. Foram eleitos cerca de 193,6 mil domicílios distribuídos em 3.364 municípios de todos os estados do país, contabilizando cerca de 381,4 mil indivíduos respondentes. Para definir a amostra da nova pesquisa, o IBGE utilizou a base de 211 mil domicílios que participaram da PNAD Contínua no primeiro trimestre de 2019 e selecionou aqueles com número de telefone cadastrado. Desta forma, a pesquisa se restringe a pessoas detentoras de aparelho telefônico, que os atenderam e que quiseram participar da pesquisa (IBGE, 2020e).

3.1.2 Escolha das dimensões de pobreza

Alkire e Foster (2007) ressaltam a importância de medidas multidimensionais de pobreza, tendo em vista que a utilização de indicadores monetários – por si só – é insuficiente para o entendimento das privações em outras dimensões. Com base no segundo passo de Alkire e Foster (2007), definiram-se as dimensões da vida do indivíduo que podem ser consideradas para a estimação do nível de pobreza. É esta pluralidade de dimensões que torna o método multidimensional, pois, ao contrário de abordagens unidimensionais, leva em consideração não apenas a dimensão renda.

Ao relacionar as dimensões de análise com a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen (2010), reforça-se a ideia de que o desenvolvimento humano e o bem-estar dos indivíduos não estão medidos apenas através da renda, mas a partir dos conceitos de funcionamento e capacidade. Enquanto o primeiro diz respeito aos estados e ações concretizados pelo indivíduo - como estar alimentado e nutrido, ser alfabetizado, dispor de um teto para morar, acessar cultura, viajar, dispor de lazer -, o segundo concerne às oportunidades ou liberdades reais que uma pessoa dispõe para realizar funcionamentos (KUKLYS, 2005).

Considerando a disponibilidade de informações a partir da PNAD COVID-19¹ estabeleceram-se cinco dimensões para a conceituação de pobreza: educação, saúde, trabalho, renda e condição de habitação.

A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. Tendo isso em vista, a educação beneficia as pessoas que a recebem e, para além disso, a expansão geral da educação e alfabetização em uma região pode favorecer a mudança social, até mesmo reduzir taxas de fecundidade e mortalidade (SEN, 2000).

Paulo Freire (1970) vê a palavra oral e escrita como codificações do mundo, mas entende que é a palavra escrita que amplia a visão sobre o mundo. Este processo abre ao alfabetizado novas formas de registros e outros horizontes. Para o Patrono da Educação Brasileira, a educação envolve valores como o conhecimento da realidade para a libertação das opressões. Além disso, reflete sobre autonomia e liberdade, destacando a importância do conhecimento acerca da cultura para o desenvolvimento da autoestima (BONIN, 2008). Todos esses pontos destacados por Freire (1970) contribuem para a ampliação das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam e, por isto, incluiu-se a dimensão Educação no IPM-COVID-19.

Para além da educação, a saúde é outra dimensão abordada dentro das oportunidades sociais descritas por Sen (2010). De acordo com o autor, a melhora nos serviços de saúde e na nutrição tornam a força de trabalho mais produtiva e bem remunerada. Através de seu Relatório de Desenvolvimento Humano, o PNUD (2010) destaca que, uma nutrição inadequada afeta a maneira com que as pessoas – principalmente as crianças – adquirem conhecimento e participam na sociedade. Além disso, diminui a capacidade de trabalho e a capacidade de ganhar os rendimentos necessários para se levar uma vida digna. Desta forma, o indivíduo privado

¹ Desta forma, as dimensões e indicadores aqui considerados se limitam àqueles investigados e explorados pela PNAD COVID-19.

destes serviços básicos sofre com a perda de produtividade e supressão da renda, itens que interferem diretamente em sua qualidade de vida e expansão das capacidades.

De acordo com Neves et al. (2018), o trabalho constitui um dos valores fundamentais do ser humano e exerce importante papel com vistas à sua autorrealização e sua subjetividade, bem como contribui para o desenvolvimento de sua identidade. Coutinho (2009) afirma que, ao falarmos de trabalho, nos referimos a uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral (apud NEVES et al., 2018). Entretanto, de acordo com Antunes (2000), o trabalho, na sociedade capitalista, passa a ser visto como meio pelo qual uma parte da sociedade sobrevive e a outra parte acumula bens (apud NEVES et al., 2018). Desta forma, o trabalho constitui-se na principal fonte de renda de grande parte da população, o que contribui para com a expansão das capacidades.

Geralmente, há excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza, a questão é que isto não acontece porque elas são desejáveis por si mesmas, mas porque são meios consistentes para a expansão da liberdade de levar o tipo de vida que valorizamos. Deste modo, a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer, ou seja, as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter. Entretanto, essa relação não é exclusiva (tendo em vista que existem outras influências significativas em nossa vida, além da riqueza) nem uniforme (pois o impacto da riqueza em nossa vida varia conforme outras influências) (SEN, 2000).

A habitação e o meio ambiente inferem profundo impacto na saúde humana: estima-se que os indivíduos passem 80% a 90% do dia em meio ambiente construído, sendo a maioria desse tempo em casa. Desta forma, o papel da habitação para a saúde é ainda mais realçado ao levar em consideração que são justamente os mais vulneráveis (doentes, idosos, crianças, inválidos) que lá passam a maior parte do seu tempo (PASTERNAK, 2016). De um ponto de vista psicológico, foucaultiano, especificamente, o espaço de habitação é de grande importância para a produção da subjetividade do indivíduo. Trata-se não do espaço absoluto newtoniano, mas do espaço dotado de significações específicas para cada sujeito: onde este habita em liberdade, enraíza-se e toma o espaço como referência para poder explorar o mundo, tirando seu sustento, ocupando-se de si, e produzindo subjetividades (FRANCO; STRALEN, 2012).

3.1.3 Definição dos indicadores e suas linhas de corte

Os indicadores são variáveis, dentro de cada dimensão, capazes de auxiliar a identificar o nível de pobreza do indivíduo. Tais indicadores são características da vida desse indivíduo, que podem ir desde o seu nível de escolaridade até a possibilidade de acesso à cultura e lazer. Eles são escolhidos nos princípios da acurácia e da parcimônia. Desta forma, os indicadores selecionados para integrar cada dimensão devem refletir as condições de vida dos indivíduos, bem como as capacidades e liberdades que esses indivíduos possuem para buscar o tipo de vida que eles valorizam e almejam. Além disso, para cada indicador, é definida uma linha de corte, ou seja, um ponto que define e caracteriza cada indivíduo como privado ou não privado. Deste modo, cada pessoa pode ser identificada como privada ou não privada em cada indicador e cada dimensão (ALKIRE; FOSTER, 2007).

Para estimar e analisar o índice de pobreza, a partir da abordagem da privação de capacidades, selecionaram-se nove indicadores, no total, para compor as cinco dimensões escolhidas.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e linhas de corte selecionados

Dimensões	Indicadores	Privado se
Educação	Escolaridade	Não concluiu, pelo menos, o ensino médio
Saúde	Possui algum plano de saúde	Não possui plano de saúde
	Possui os seguintes itens básicos de limpeza e proteção: sabão ou detergente	Não possui sabão ou detergente
	Possui os seguintes itens básicos de limpeza e proteção: álcool 70% ou superior (gel ou líquido)	Não possui álcool 70% ou superior (gel ou líquido)
	Possui os seguintes itens básicos de limpeza e proteção: máscaras	Não possui máscaras
Trabalho	Trabalhou por, pelo menos, uma hora na semana	Não trabalhou nem uma hora na semana
	Contribui para o INSS	Não contribui para o INSS
Renda	Solicitação de empréstimo durante o período da pandemia	Solicitou empréstimo durante a pandemia
Habitação	Situação do domicílio	Domicílio é cedido por terceiros

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD COVID-19 de 2020.

A escolha de tais indicadores tem como propósito o entendimento dos impactos da pandemia do Covid-19 sobre as condições socioeconômicas dos brasileiros, principalmente no que concerne ao acesso a saúde e ao mercado de trabalho. As especificidades dos indicadores podem ser consultadas no questionário da PNAD COVID-19 aplicado no mês de novembro de 2020 (IBGE, 2020f).

Desta forma, as dimensões e indicadores aqui considerados se limitam àqueles investigados e explorados pela PNAD COVID-19. A dimensão educação é composta pelo indicador: i) grau de escolaridade do indivíduo. A dimensão saúde é formada por quatro indicadores: i) possui algum plano de saúde médico, seja particular, de empresa ou de órgão público; ii) possui os seguintes itens básicos de limpeza e proteção: sabão ou detergente; iii) possui os seguintes itens básicos de limpeza e proteção: álcool 70% ou superior (gel ou líquido); iv) possui os seguintes itens básicos de limpeza e proteção: máscaras. Já a dimensão trabalho é constituída de dois indicadores: i) trabalhou ou fez algum bico por, pelo menos, uma hora na semana; ii) contribui com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A dimensão renda é composta pelo seguinte indicador: i) solicitou empréstimo durante a pandemia. E por fim, a dimensão habitação é formada pelo seguinte indicador: i) situação do domicílio.

Outros indicadores de grande relevância foram considerados para compor o modelo, entretanto, não foram utilizados por não abrangerem todos os indivíduos que compõem a amostra. Por exemplo, a questão “renda do trabalho em dinheiro” só foi respondida por pessoas que trabalharam ao menos uma hora na semana, desconsiderando os indivíduos que não trabalharam. Deste modo, ao aplicar o método, estes indivíduos seriam ocultados por não responderem à questão, gerando uma amostra apenas com pessoas que trabalham. Assim, incluir esta variável significaria deixar de fora indivíduos desempregados, gerando resultados não condizentes com a realidade.

Concomitantemente, o indicador “tem carteira de trabalho assinada ou é funcionário público” abrange apenas trabalhadores domésticos, empregados do setor público e empregados do setor privado, desconsiderando militares, policiais, bombeiros, empregadores e indivíduos fora do mercado de trabalho, que trabalham apenas com afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para próprio consumo ou trabalho voluntário. Por fim, outra variável que seria interessante analisar – por levar em conta a perspectiva particular do indivíduo sobre o seu trabalho – é a variável “gostaria de ter trabalhado mais horas do que as, de fato, trabalhadas”, entretanto, não foi utilizada por ser respondida apenas por indivíduos que trabalharam menos de 40 horas na semana.

De acordo com Sen (2010, p. 171), “saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica”. Com uma educação básica e serviços de saúde melhores, há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza econômica. Quanto maior e mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que os indivíduos, mesmo que potencialmente pobres, tenham chances maiores de superar a penúria e miséria (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

O indicador que representa a dimensão educação é o grau de escolaridade do indivíduo. A conclusão do ensino médio influencia diretamente na capacidade de inserção no mercado de trabalho, bem como na possibilidade de empregos mais bem remunerados. Tendo isso em vista, corroborando com Silva, Bruno e Silva (2020), a pessoa é considerada privada caso não tenha concluído, pelo menos, o ensino médio completo, que corresponde ao ensino básico no Brasil.

A Constituição de 1988 torna a saúde um direito individual e dá origem ao processo de criação de um sistema público, universal e descentralizado de saúde – o SUS (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Apesar da importância intangível do SUS, reconhecido como modelo internacional, o sistema enfrenta desafios históricos, como o subfinanciamento e efeitos do congelamento dos gastos sociais por vinte anos, a partir de 2016 (VIACAVA et al., 2018). Dentre os agentes que sofrem com tais adversidades, estão os pacientes que não possuem renda para contratar um plano de saúde ou buscar atendimento na rede privada. Levando isso em conta, são caracterizados como privados os indivíduos que não possuem, como serviço alternativo ao SUS, acesso a algum tipo de plano de saúde. Minayo e Gualhano (2021) destacam que, embora o SUS seja a mais importante política social vigente no país, esse sistema não substitui uma política de Estado que torne o país menos desigual e mais justo.

Levando em conta o colapso do sistema de saúde no Brasil, ocasionado pela pandemia do Covid-19, os pesquisadores defendem a adoção rigorosa de medidas preventivas e de controle, a fim de evitar que o número de casos e mortes se agravem ainda mais no país (FIOCRUZ, 2021). Dentre as medidas essenciais de prevenção, consta a higienização das mãos com água e sabão sempre que possível, e o uso de álcool em gel nas situações em que o acesso à água e sabão não for possível (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Além disso, pesquisas apontam que as máscaras faciais, quando adaptadas adequadamente, interrompem efetivamente a dispersão das partículas expelidas por meio da tosse ou espirro, impedindo a transmissão de doenças respiratórias. Mesmo máscaras que não se adaptam perfeitamente, ou aquelas de fabricação caseira, são capazes de reter partículas e vírus transportados pelo ar, de modo que esses não alcancem pessoas próximas (GARCIA, 2020). Cabe ressaltar que, em novembro de 2020 – data na qual foi coletada a base de dados

utilizada neste projeto – ainda não havia sido desenvolvida uma vacina contra a Covid-19, tornando, assim, as medidas preventivas de higiene e proteção individual primordiais no combate ao coronavírus. Tendo isto em vista, os indivíduos que não dispuseram destes itens básicos de limpeza e proteção são considerados privados – tanto de segurança individual, quanto de cooperarem para com a saúde e segurança coletiva.

O trabalho possui um caráter central para a humanidade, tendo em vista que, ao longo de toda a história da evolução humana, o trabalho foi algo determinante para a manutenção da vida do homem, tanto individual como coletiva. Assim, a humanidade se estrutura histórica e politicamente em função do conceito de trabalho (SACHUK; ARAÚJO, 2007). Entretanto, a insegurança psicossocial é uma das consequências da ideologia neoliberal que vigora na atual sociedade, levando à intensificação do medo de perder o emprego, ao aumento de estresse e à corrosão do caráter dos indivíduos (OVEJERO, 2010). Ademais, tais sentimentos fragilizam os vínculos sociais na família e/ou outras instituições, o que dificulta a formação de uma autoestima com senso de segurança e independência (SENNETT, 2009).

O trabalho e a renda estão altamente vinculados, levando em consideração que a renda de grande parte da população – trabalhadores e proletários – provém da venda de sua força de trabalho. Tendo isso em vista, o trabalho é essencial para a possibilidade de auferir renda, atingir níveis maiores de bem-estar e diminuir a privação econômica. Um baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e, inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas (SEN, 2000). Neste sentido, o indivíduo é caracterizado como privado quando não trabalhou nem, ao menos, uma hora na semana. Cabe ressaltar que, apesar de o trabalho se mostrar essencial para auferir renda e maiores níveis de bem-estar, não quer dizer que todas as pessoas que não trabalharam são privadas. Há pessoas que não trabalham por opção, e outras que não trabalham por falta de opção. Desta forma, este indicador pode ser um pouco ambíguo no que concerne à definição de pessoas privadas e não privadas.

Previdência Social é o seguro social que tem como finalidade substituir a renda do segurado-contribuinte quando este perde sua capacidade de trabalho por motivo de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão. A Previdência Social está presente no país através das agências do INSS, sendo este destinado para todos os trabalhadores, exceto funcionários públicos – que integram um regime próprio de previdência social. Todo trabalhador com carteira assinada está automaticamente filiado à Previdência Social, já os trabalhadores autônomos e os empresários são contribuintes individuais. E até mesmo quem não possui renda própria – como estudantes, donas de casa e desempregados – pode pagar como

contribuinte facultativo para ter direito aos benefícios (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL [SENAC]; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2004).

Tendo isso em vista, o indivíduo caracterizado como privado é aquele que não contribui com o INSS, levando em conta que este não irá dispor de uma seguridade em casos de perda da capacidade de trabalho, e, conseqüentemente, de auferir renda. De acordo com Neri e Fontes (2010), a não-contribuição trabalhista e previdenciária acaba por gerar um grupo de indivíduos desprotegidos de choques relacionados à saúde, à maternidade e à velhice.

Um estudo sobre endividamento por empréstimos consignados de docentes da educação básica de Macapá/AP (LEITE NETO, 2019) constatou que ações de estímulo ao consumo e o acesso ao crédito contribuíram para a situação de endividamento de docentes por empréstimos consignados. Essa situação levou os indivíduos a buscarem outras atividades para o incremento no salário, bem como contraírem novos empréstimos, refinanciamento, renegociação e portabilidade bancária. Desta forma, o crédito é estimulado pelo capital como meio para que os trabalhadores possam comprar e reforçar ampliação da reprodução do capital, onde o dinheiro tomado de empréstimo pelos trabalhadores será transformado em mercadoria pelo consumo (LEITE NETO, 2019).

A contração de empréstimo, por si só, não implica, necessariamente, em algo negativo. Ter acesso ao mercado de crédito pode ser benéfico no sentido de possibilitar acesso a bens e serviços em um momento que a renda própria não é suficiente, bem como de possibilitar a abertura de um empreendimento. Entretanto, um indivíduo que necessita de empréstimo, independente da finalidade, está sujeito ao pagamento de juros e até mesmo ao superendividamento, caso não seja bem planejado. Ao considerar o contexto geral da pandemia, a situação pode tornar-se ainda mais delicada, tendo em vista a crise generalizada. O indicador “empréstimo durante a pandemia” busca identificar os domicílios em que ao menos um dos moradores precisou pedir empréstimo para arcar com as despesas durante a pandemia, sejam despesas familiares ou de suas empresas, para os empregadores e trabalhadores por conta própria. Tendo isso em vista, o indivíduo que solicitou empréstimo é caracterizado como privado, tanto se conseguiu o empréstimo quanto se não o conseguiu.

O acesso à moradia, além de uma necessidade, é também um direito de todo o cidadão. Entretanto, a aquisição de uma moradia para a classe de menor poder aquisitivo é dificultada, e muitas vezes impedida, por uma série de problemas, entre os quais se destacam a desigualdade social, políticas habitacionais excludentes, falta de emprego e má distribuição de renda (MARTINS, 2007).

Essas dificuldades refletem nas formas de habitar do homem, caracterizadas muitas vezes por ocupações irregulares de espaços públicos e privados, bem como de áreas ambientalmente frágeis, resultando na expansão desordenada da cidade. Além disso, muitos não conseguem um local para morar, encontrando-se em situação de total abandono, vivendo em praças, embaixo de pontes e viadutos, sujeitos as mais diversas situações de risco (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Desta forma, o indivíduo é caracterizado como privado se sua habitação é cedida por empregador, por familiar, cedida de outra forma ou caso possua outra condição que não habitação própria – paga ou em pagamento – ou alugada. Segundo as definições do IBGE (2010), o imóvel cedido “de outra forma” é aquele cedido gratuitamente por pessoa que não é moradora ou por instituição que não é empregadora de algum dos moradores. Já o imóvel com “outra condição” é aquele cujo aluguel, pago por morador, está em conjunto com uma unidade não residencial (oficina, loja etc.); também pode ser aquele que está localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, aquele ocupado por invasão.

3.1.4 Aplicação da primeira linha de corte

Os passos que se seguem, até a estimação do IPM, foram executados através do *software* de criação de planilhas Microsoft Excel. Cabe ressaltar que as respostas que implicam em dúvida por parte do respondente foram excluídas da base de dados, por não ser possível caracterizá-la como privação ou não privação. Desta forma, os indivíduos que forneceram respostas como “não sei” ou “ignorado” deixaram de fazer parte da base de dados. Ademais, as células que estavam vazias na planilha, por não abrangerem indivíduos com menos de 14 anos, foram ocultadas, gerando uma amostra apenas com pessoas acima dos 14 anos de idade. Dessa forma, a amostra filtrada totaliza um total de 245,2 mil indivíduos respondentes.

A primeira linha de corte foi aplicada ao definir se cada indivíduo é privado ou não privado em relação a cada indicador. A matriz y abaixo exemplifica a aplicação deste passo no *software*. Com base em Alkire e Foster (2007), cada linha representa um indivíduo e cada coluna representa um indicador. NP indica que a pessoa é não privada, ou seja, está acima da linha de corte daquele indicador; e P indica que a pessoa é privada, ou seja, está abaixo da linha de corte daquele indicador. Neste passo, as respostas de cada indivíduo são codificadas em 0 e 1, indicando não privação ou privação, respectivamente, por parte do indivíduo nos indicadores. Ou seja, caso o indivíduo seja privado no indicador, sua resposta é codificada em 1, e caso seja não privado, sua resposta é codificada em 0.

$$y = \begin{bmatrix} P & P & NP & P \\ NP & NP & P & NP \\ P & P & P & NP \\ NP & P & NP & P \end{bmatrix}$$

$$y = \begin{bmatrix} 1 & 1 & 0 & 1 \\ 0 & 0 & 1 & 0 \\ 1 & 1 & 1 & 0 \\ 0 & 1 & 0 & 1 \end{bmatrix}$$

Tendo isso em vista, no exemplo anterior, o primeiro indivíduo que respondeu à pesquisa é caracterizado como privado no primeiro indicador, como privado no segundo indicador, como não privado no terceiro indicador e como privado no quarto indicador.

3.1.5 Contagem do número de privações de cada indivíduo

O próximo passo consiste na contagem do número de privações que cada indivíduo sofre. É possível atribuir diferentes pesos para cada indicador e para cada dimensão (ALKIRE; FOSTER, 2007). Neste caso, os pesos são distribuídos de forma simétrica ao imputar pesos iguais para todas as dimensões e seus respectivos indicadores.

Desta forma, ao somar as privações de cada indivíduo, obtém-se uma nova matriz c , na qual, de acordo com nosso exemplo, o primeiro indivíduo sofre três privações, o segundo indivíduo sofre uma privação, o terceiro indivíduo sofre três privações e o quarto sofre duas privações.

$$c = \begin{bmatrix} 3 \\ 1 \\ 3 \\ 2 \end{bmatrix}$$

3.1.6 Definição e aplicação da segunda linha de corte

A segunda linha de corte k indica o número de indicadores na qual uma pessoa deve ser privada para ser considerada multidimensionalmente pobre (ALKIRE; FOSTER, 2007). Alkire e Santos (2010) identificam como pobres os indivíduos que forem privados em uma combinação de indicadores cuja soma ponderada exceda 30% dos mesmos. Desta forma, ao considerar que nosso modelo conceitual de IPM-COVID-19 possui um total de 9 indicadores,

será considerado multidimensionalmente pobre o indivíduo que é privado em $k= 3$ ou mais indicadores.

3.1.7 Cálculo da incidência da pobreza, ou Headcount

O próximo passo consiste no cálculo da incidência da pobreza, também chamada de *Headcount* (H), que expressa a proporção de pessoas multidimensionalmente pobres em relação ao total de pessoas. Essa se dá pela seguinte equação:

$$H = \frac{q}{n}$$

Onde, q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres, e n é o total de pessoas que responderam à pesquisa. O *Headcount* varia entre 0, ou seja, nenhum indivíduo multidimensionalmente pobre, e 1, quer dizer, a população inteira é multidimensionalmente pobre.

Alkire e Foster (2007) salientam que o *Headcount* é uma medida útil, entretanto não leva em consideração se os indivíduos se tornam mais ou menos privados. Por exemplo, se o indivíduo era privado em 3 indicadores e agora é privado em 9, o valor do *Headcount* continua o mesmo, tendo em vista que o indivíduo continua abaixo da linha de corte. Tendo isso em vista, faz-se necessário o estabelecimento de uma nova medida, que leve em consideração a intensidade das privações sofridas pelos indivíduos.

3.1.8 Cálculo do hiato de pobreza média, ou intensidade

Após, é calculado o hiato de pobreza média (A), que representa a intensidade da pobreza que acomete os indivíduos pobres. Ou seja, é a média de privações que os indivíduos considerados multidimensionalmente pobres sofrem. O hiato de pobreza média pode ser expresso como:

$$A = \frac{\sum_1^n c_i(k)}{q}$$

Onde, $c_i(k)$ é a proporção de privações que o indivíduo i sofre, e q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres. Para calcular $c_i(k)$, divide-se o número de privações

de cada indivíduo privado pelo número total de indicadores. Após, soma-se estes valores e divide-se pelo total de pessoas privadas. Desta forma, *A* traduz a porcentagem média de indicadores nas quais as pessoas pobres são privadas (ALKIRE; FOSTER, 2007).

3.1.9 Cálculo da incidência ajustada, ou IPM

De acordo com Alkire e Foster (2007), a incidência ajustada (M_0), ou o chamado Índice de Pobreza Multidimensional, é o produto entre a incidência e a intensidade da pobreza. Ou seja, o IPM combina dois fatores: (1) a porcentagem de pessoas multidimensionalmente pobres, e (2) a intensidade da pobreza que estas pessoas sofrem. O IPM varia entre 0 (ausência da pobreza) e 1 (pobreza extrema), e pode ser expresso como:

$$M_0(IPM) = H \times A$$

3.1.10 Decomposição por grupos e desmembramento por dimensões

Ainda, Alkire e Foster (2007) apontam que é possível decompor o índice por subgrupos da população, tais como sexo, etnia, regiões etc., de forma a analisar a pobreza multidimensional sob um recorte de grupos específicos. Além disso, o índice pode ser desmembrado por dimensões, de modo a avaliar quais são as dimensões que mais contribuem para com o nível de pobreza multidimensional daquela amostra, o que por sua vez, possibilita um melhor e mais preciso enfoque de políticas públicas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já destacado, o *dual cut-off method of identification* identifica e separa os indivíduos privados dos não privados com base em duas linhas de corte. A primeira linha de corte estabelece em que situação o indivíduo é caracterizado como privado em cada indicador; e a segunda linha de corte estabelece o número de indicadores que um indivíduo deve ser privado para que seja considerado multidimensionalmente pobre (ALKIRE; FOSTER, 2007). Neste caso, ao utilizar a recomendação de Alkire e Santos (2010) – que identifica como pobres os indivíduos com 30% ou mais de privações – são considerados multidimensionalmente pobres os indivíduos com 3 ou mais privações.

Com base na metodologia descrita no capítulo anterior, calcularam-se a incidência da pobreza, o hiato de pobreza média e a incidência ajustada, ou IPM, para a população brasileira durante a pandemia do Covid-19. Ademais, calculou-se qual a porcentagem de pessoas privadas em cada um dos indicadores, sendo possível identificar quais indicadores mais contribuem para o nível de pobreza multidimensional. Para fins de análise, fez-se a decomposição por subgrupos da população, de modo a ser possível comparar os níveis de pobreza que incidem em cada um deles.

4.1 O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA PANDEMIA DO COVID-19

A análise da pobreza sob uma perspectiva multidimensional é capaz de englobar dimensões e determinantes do nível de pobreza que medidas monetárias, por si só, não são capazes de abarcar e avaliar. Os índices apresentados pela Tabela 1 são resultados do modelo conceitual de pobreza construído, no qual utilizaram-se nove indicadores, componentes das dimensões educação, saúde, trabalho, renda e habitação.

Tabela 1 – Incidência (H), intensidade (A) e IPM da população brasileira durante a pandemia do Covid-19

Brasil		
Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM
0,747	0,414	0,310

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

Conforme apontado anteriormente, a incidência da pobreza (H) representa a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres – neste caso, as pessoas privadas em 3 ou mais indicadores. Os resultados apontam que a incidência (H) da pobreza na população brasileira durante a pandemia do Covid-19 é de 0,747, ou seja, 74,7% da população é considerada pobre, tendo em vista que está abaixo da linha de corte estabelecida.

Apesar de útil, o *Headcount* não leva em consideração a quantidade de indicadores nos quais os indivíduos considerados pobres são privados – apenas se são privados ou não. Para isso, portanto, calcula-se o hiato de pobreza média (A), a fim de averiguar a intensidade das privações que os indivíduos pobres sofrem. A partir do modelo de análise construído, verificou-se que a intensidade (A) da pobreza para a população brasileira é de 0,414, o que significa que os indivíduos pobres são privados, em média, em 41,4% dos indicadores avaliados neste estudo.

O IPM, também chamado de incidência ajustada, é o produto entre a incidência e a intensidade da pobreza. Este, por sua vez, é sensível aos diferentes níveis de privação que os indivíduos pobres possam vir a apresentar. Observa-se que o IPM da população brasileira durante o período pandêmico é de 0,310, ou seja, a incidência da pobreza ajustada pela sua intensidade é de 31%. Esta também pode ser interpretada como a proporção de privações que pessoas multidimensionalmente pobres sofrem, em relação ao total de privações que as pessoas poderiam enfrentar.

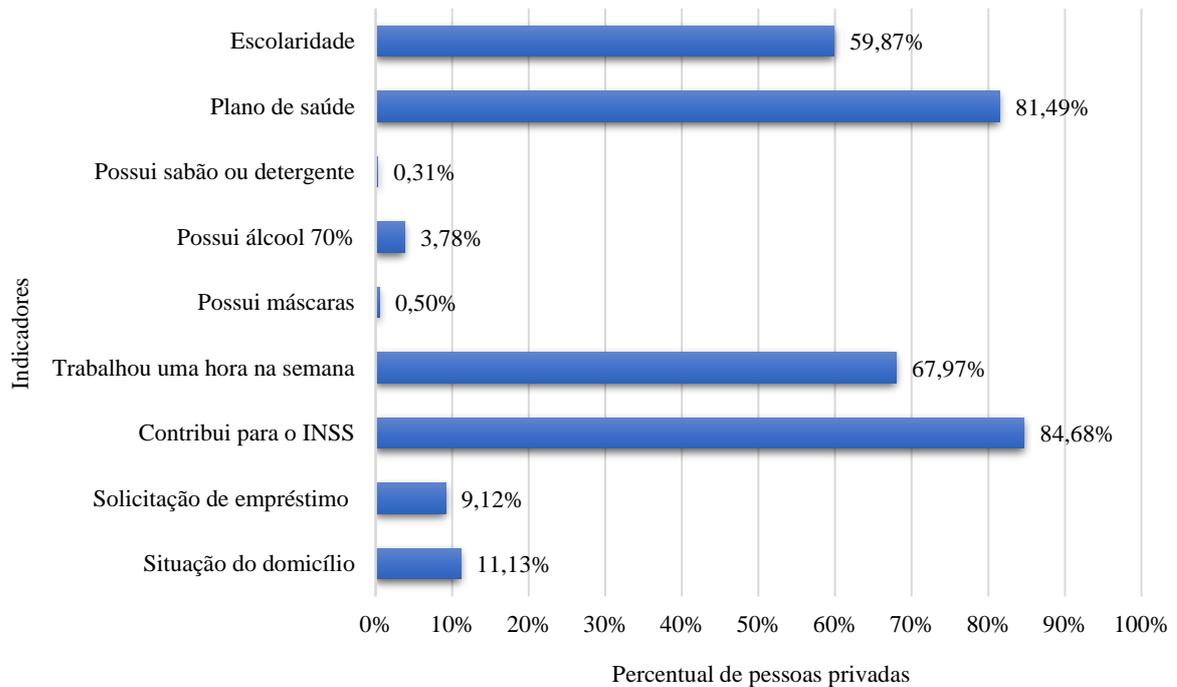
É possível fazer uma análise desagregada do IPM ao lançar um olhar mais detalhado sobre os indicadores de pobreza e suas contribuições para o índice de pobreza multidimensional da população. No gráfico 1, abaixo, pode-se observar o percentual de pessoas que se encontram em situação de privação em cada um dos indicadores de nosso modelo de análise do IPM-COVID-19.

O indicador que mais se destaca no quesito de privação é o de contribuição ao INSS, no qual é possível observar que cerca de 84% dos indivíduos que fazem parte da amostra não contribuem para o serviço de seguridade social. Conforme destacado anteriormente, a não-contribuição trabalhista e previdenciária gera um grupo de indivíduos desprotegidos em relação a choques relacionados à saúde, maternidade e velhice (NERI; FONTES, 2010).

O segundo indicador que mais apresenta privação é o de posse de um plano de saúde médico, seja ele particular, de empresa ou de órgão público. Observa-se que 81,49% da amostra da PNAD COVID-19 não dispõe de um plano de saúde. Este dado mostra muito mais do que aparenta: a média de leitos de UTI do SUS era de 13,6 leitos por 100 mil habitantes; enquanto a média de leitos de UTI no setor de planos privados era de 62,6 por 100 mil pessoas seguradas

(COSTA; LAGO, 2020). Isto significa de que quem possui um plano de saúde tem quatro vezes mais chance de conseguir um leito do que quem depende exclusivamente do SUS.

Gráfico 1 – Percentual de privações nos indicadores de pobreza



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

Para além disso, Costa et al. (2020) apontam que as UTI's públicas tiveram ocupação máxima enquanto o setor privado contabilizou leitos ociosos. As desigualdades se reforçam quando pessoas morrem por falta de leitos e recorrem ao Judiciário por vaga em UTI, ao passo que hospitais particulares possuem leitos desocupados. A pobreza se intensifica na medida em que há recursos disponíveis para salvar vidas, mas são destinados apenas àqueles que podem pagar por eles.

Figura dentre os indicadores com maior privação também está “trabalhou uma hora na semana”: os dados indicam que 67,9% da amostra não trabalhou nem ao menos uma hora na semana anterior à pesquisa. É importante levar em conta que essa porcentagem de indivíduos que não trabalharam uma hora na semana não corresponde, necessariamente, a porcentagem de indivíduos desempregados no país. Isso se dá pelo fato de que nem todas as pessoas que não trabalham estão à procura de um emprego. Essa diferenciação abarca os conceitos utilizados pelo IBGE para a estimação da taxa de desemprego: PIA, PEA e PNEA.

Em suma, a PIA é a População em Idade Ativa, ou seja, todos os indivíduos acima dos 14 anos; a PEA corresponde a População Economicamente Ativa, ou seja, aquela que trabalha ou que procura emprego; e a PNEA é a População Não Economicamente Ativa, ou seja, as pessoas que não trabalham nem procuram emprego. A taxa de desocupação é dada pela razão entre a população desocupada e a PEA (IBGE, 2022). Como a PNAD COVID-19 abarca todos os indivíduos acima dos 14 anos, temos este indicador como uma razão entre população desocupada e PIA. Como destacado anteriormente, este é um indicador ambíguo em termos de privação e não privação.

Segundo a série histórica da PNAD Contínua, a taxa de desocupação do quarto trimestre de 2020 – período que compreende os dados da PNAD COVID-19 utilizados neste estudo – era de 14,2%. No mesmo período do ano anterior, a taxa de desocupação era de 11,1%. Entretanto, Mattei e Heinen (2020) apontam que a situação do mercado de trabalho já estava ruim antes mesmo dos impactos causados pela pandemia, tendo em vista que o grau de formalização das ocupações apresenta uma queda contínua desde o ano de 2015. Ainda, os autores destacam que os grupos de trabalhadores mais afetados durante a pandemia são as mulheres e os negros, minorias sociais historicamente discriminadas no âmbito laboral e na sociedade como um todo.

Além disso, tem-se que 59,87% dos respondentes da PNAD COVID-19 são privados na dimensão educação, haja vista que não completaram o ensino básico, composto pela educação infantil, ensino fundamental obrigatório e ensino médio. A dimensão educação também enfrentou adversidades e precariedades durante o período pandêmico: a desigualdade social observada através da heterogeneidade de acesso à recursos tecnológicos; cenários domiciliares com pessoas angustiadas com a perda de renda e colapso do sistema de saúde; intensificação de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes devido ao consumo excessivo de conteúdo sobre a pandemia; pressão intensificada sobre os docentes, os quais tiveram de se adaptar rapidamente a novas tecnologias, novas formas de ensino e avaliação do desempenho de seus alunos (SENRA; SILVA, 2020). Todos estes quesitos aumentam a distância já existente entre as classes sociais, uma vez que não são oportunizadas as mesmas garantias de acesso e permanência.

Os indicadores que menos apresentaram privação são aqueles relacionados ao acesso a itens básicos de higiene e proteção. Apenas 0,31% da amostra não tem acesso a sabão ou detergente; 0,5% não possui máscaras, item essencial na contenção do coronavírus; e 3,78% não dispõe de álcool 70%, indicado para higienização das mãos e superfícies.

Uma vez que o método AF avalia o nível de pobreza de cada indivíduo, separadamente, e depois é feita a agregação dos resultados, é possível desagregar e analisar o índice por

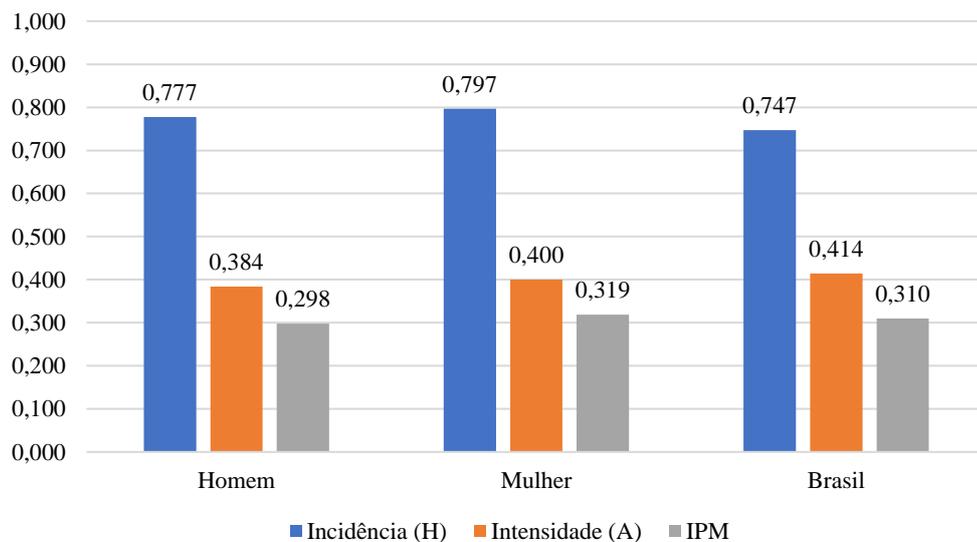
subgrupos da população (FAHEL; LEITE; TELES, 2014). Desta forma, o índice foi decomposto por sexo, cor ou etnia, rural/urbano, e por regiões do Brasil, conforme apresentado a seguir.

4.2 DECOMPOSIÇÃO DO IPM-COVID-19 POR SUBGRUPOS DA POPULAÇÃO

4.2.1 Decomposição do índice de pobreza por sexo

Ao aplicar um recorte de gênero aos dados da PNAD COVID-19, é possível observar que as mulheres apresentam índices mais altos de privação, em relação aos homens, nas três medidas calculadas.

Gráfico 2 – Comparação entre os resultados obtidos para homens, mulheres e Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

Os resultados apontam que 79,7% das mulheres são consideradas multidimensionalmente pobres, tendo em vista que são privadas em três ou mais indicadores. Já, no âmbito masculino, a incidência da pobreza acomete 77,7% dos homens que responderam à pesquisa.

No tocante à intensidade das privações que estas pessoas sofrem, observa-se que as mulheres são privadas, em média, em 40% dos indicadores avaliados, enquanto os homens são

privados, em média, em 38,4% dos indicadores. Desta forma, as mulheres, além de serem acometidas pela pobreza em maior quantidade, também são acometidas em maior intensidade.

A incidência da pobreza ajustada para sua intensidade é de 31,9% para as mulheres, e 29,8% para os homens. Abaixo, é possível observar graficamente a comparação entre os resultados obtidos para homens, mulheres e população brasileira em geral.

Ao fazer uma comparação entre os dados obtidos para mulheres, homens e para a população brasileira num geral, observa-se que, a incidência da pobreza é maior para as mulheres, depois para os homens e, por fim, para o Brasil como um todo. Em questões de intensidade, a população brasileira sofre mais privações que as mulheres, que, por sua vez, sofrem privações em mais indicadores do que a população masculina. Ao calcular o IPM para cada grupo, observa-se que as mulheres possuem o nível mais alto, seguido da população brasileira como um todo, seguido dos homens.

A desigualdade de oportunidades entre os gêneros é herança da divisão sexual do trabalho, a qual designava o homem à esfera pública – o provedor – e a mulher à esfera privada – a cuidadora. São em diversos âmbitos que a desigualdade de oportunidade se manifesta: tanto no acesso a bens materiais, quanto a bens sociais e culturais. Como já posto anteriormente, a renda é uma importante dimensão no que tange a pobreza. A autonomia econômica das mulheres é dificultada uma vez que as oportunidades de acesso a emprego são desiguais entre os sexos. Ademais, essa perspectiva revela uma pobreza habitualmente oculta: o fato de a mulher ser “destinada” à esfera doméstica faz com que, por exemplo, muitas mulheres casadas dependam financeiramente de seus maridos. Isso pode acontecer tanto em famílias pobres, quanto em famílias abastadas. O que se repete é o padrão de não disposição de rendimentos próprios que as permitam satisfazer suas próprias necessidades e desejos de forma autônoma (CEPAL, 2004). Desta forma, torna-se relevante a investigação da distribuição intrafamiliar dos rendimentos, tendo em vista que, a suposição de que a renda seja igualmente dividida entre os membros da família, pode levar a subestimação da pobreza que acomete as mulheres (COSTA et al., 2005).

Além disso, estudos constatam que a dependência financeira é uma das responsáveis pela permanência de mulheres em relações, lugares e ciclos de violência (BORGES, 2016). Dados revelam que a violência de gênero aumentou durante a pandemia: o isolamento social e *lockdown* foram agravantes da situação, tendo em vista que muitas mulheres ficaram confinadas com seus agressores. Além disso, as restrições tornaram mais difícil que vítimas denunciasses seus agressores e buscassem ajuda (SIEGFRIED, 2020).

Por outro lado, a crescente inserção feminina no mercado de trabalho e em espaços públicos reforça as desvantagens vividas por mulheres que compartilham com os homens a provisão financeira e a responsabilidade da esfera doméstica. Isso se dá uma vez que, em geral, as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as responsabilidades do âmbito privado (SOUZA; GUEDES, 2016), podendo enfrentar duplas e até triplas jornadas de trabalho.

Para além da esfera do trabalho e acesso a emprego, as mulheres também enfrentam restrições no que tange à saúde e educação. Isso leva ao comprometimento não apenas de sua autonomia financeira, mas também física, social e política (CEPAL, 2004).

4.2.2 Decomposição do índice de pobreza por cor ou etnia

Nesta decomposição, foram ocultadas as respostas de indivíduos que ignoraram a questão referente a sua cor ou etnia, abarcando somente os indivíduos que se autodeclararam brancos, pretos, amarelos, pardos ou indígenas. Para melhor elucidação, as unidades de análise desta decomposição foram divididas em duas: pessoas brancas e pessoas não brancas.

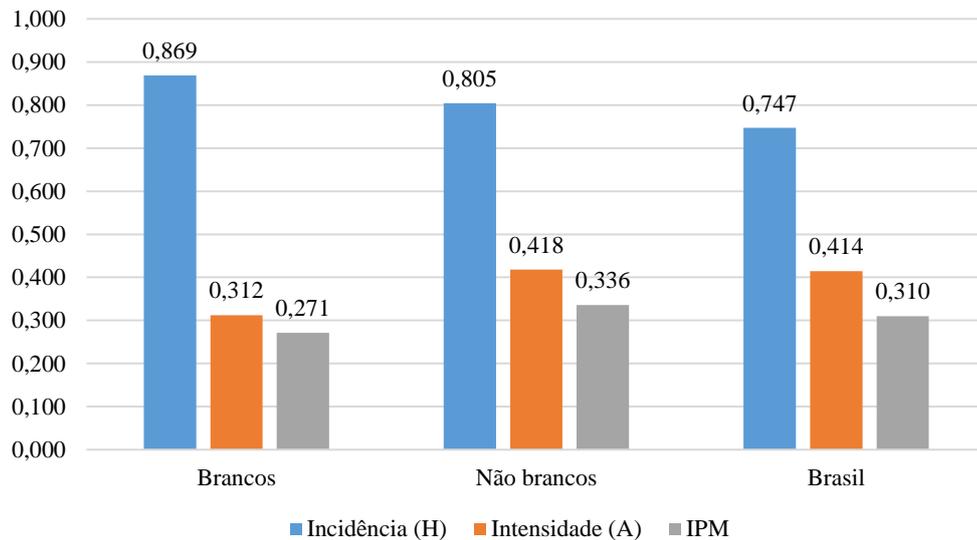
Segundo os resultados da aplicação do método Alkire-Foster, observa-se que 86,9% das pessoas brancas são consideradas privadas, tendo em vista que estão abaixo da linha de corte estabelecida. Por outro lado, 80,5% das pessoas não brancas são consideradas multidimensionalmente pobres. Em números absolutos, há uma proporção maior de brancos pobres do que não brancos pobres. Entretanto, ao avaliar a intensidade da pobreza que acomete estes grupos, observamos que os brancos são privados, em média, em 31,2% dos indicadores avaliados, enquanto os não brancos são privados em 41,8% dos indicadores. Desta forma, apesar de uma maior quantidade de pessoas brancas sofrerem privação, as pessoas que sofrem privação mais intensamente são as não brancas.

Assim, ao ajustar a incidência pela intensidade, obtém-se um IPM de 27,1% para os brancos e 33,6% para os não brancos. Ou seja, as pessoas brancas sofrem 27,1% do máximo de privações que poderiam sofrer; enquanto os não brancos sofrem 33,6% do máximo de privações que poderiam vir a sofrer.

Ao comparar os resultados do recorte de etnia ou raça com os resultados para a população brasileira como um todo (gráfico 3, abaixo), observa-se que os brancos continuam com a maior incidência de pobreza, seguidos dos não brancos, e, por fim, da população num geral. Em questões de intensidade, os não brancos são os que possuem a maior média de privações, seguido da população geral, e, finalmente, das pessoas que se autodeclararam brancas.

O IPM, ou a incidência ajustada pela intensidade, é maior para as pessoas não brancas, seguido da população em geral, e por fim, das pessoas brancas.

Gráfico 3 – Comparação entre os resultados obtidos para brancos, não brancos e Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

O Índice de Pobreza Multidimensional global de 2021, lançado pelo PNUD, aponta grandes disparidades no nível de pobreza entre os grupos étnicos. A decomposição por categorias étnicas ou raciais foi feita, mediante a disponibilidade de dados, para 40 diferentes países, o que não inclui o Brasil. Entretanto, ao atentar para a América-Latina, constatou-se que os povos indígenas estão entre os mais pobres em todos os países latino-americanos abrangidos no recorte. As comunidades indígenas representam cerca de 44% da população do Estado Plurinacional da Bolívia, entretanto, caracterizam 75% da população considerada multidimensionalmente pobre (PNUD, 2021).

Os resultados obtidos corroboram com a pesquisa desenvolvida por Campello (2017), onde aponta-se que pretos e pardos possuem um IPM superior à população num geral, que, por sua vez, apresenta um IPM mais elevado que brancos e amarelos. A autora destaca que no curso de 2002 a 2015 houve uma queda nas disparidades entre estes três grupos abordados – entretanto, a hierarquia do IPM continua a mesma.

Avanços foram observados no que tange as relações raciais – tais como a decadência do mito da democracia racial, a crescente valorização da negritude e a maior denúncia e repúdio

do racismo e da discriminação. Entretanto, sob a perspectiva da renda, a desigualdade racial persiste sem abalos substantivos, visto que a renda média dos brancos permanece, pelo menos, duas vezes maior do que a dos negros (OSORIO, 2021).

A fim de reduzir as disparidades nos níveis de pobreza, os governos devem voltar o foco para grupos de difícil acesso, minorias e indígenas. Além disso, deve-se coletar dados mais detalhados e com menor periodicidade, para que se permita o melhor monitoramento e direcionamento de políticas públicas para determinados grupos étnicos, visando a diminuição da desigualdade racial (PNUD, 2021).

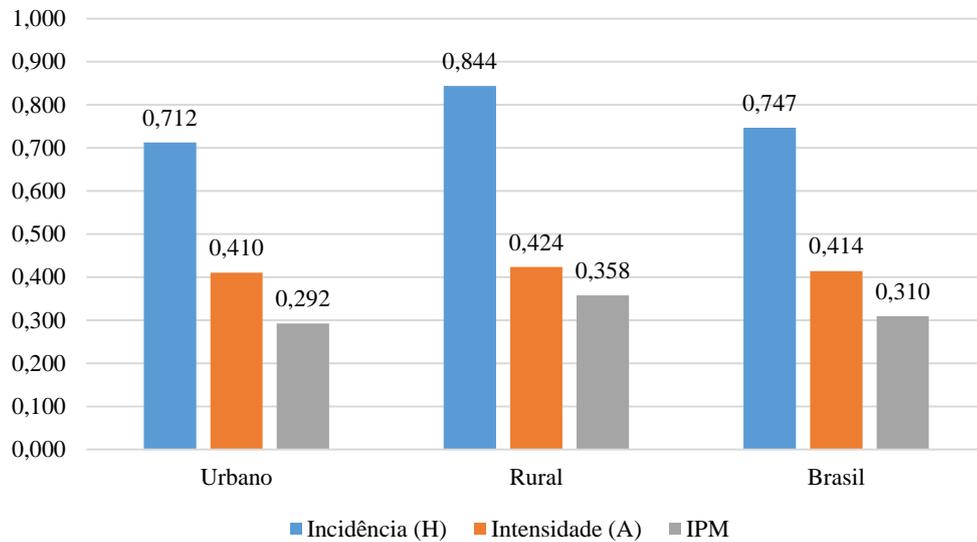
4.2.3 Decomposição do índice de pobreza por área geográfica: rural e urbano

A classificação da população urbana e rural é estabelecida pelo IBGE de acordo com a Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010, ano de publicação do Censo Demográfico de 2010. Consideram-se urbanas as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. Já as áreas rurais são todas aquelas situadas fora desses limites (IBGE, 2011). De acordo com os resultados desagregados, observa-se que 71,2% das pessoas que residem no meio urbano são consideradas multidimensionalmente pobres. Enquanto isso, 84,4% da população que moram no rural é considerada privada. De acordo com o hiato de pobreza média observado, as pessoas pobres do urbano sofrem privações, em média, em 41% dos indicadores, enquanto as pessoas pobres do rural sofrem privações em 42,4% dos indicadores avaliados. Assim, é possível perceber que tanto a incidência quanto a intensidade da pobreza são maiores na zona rural, levando a um IPM de cerca de 6 pontos percentuais superior ao IPM da zona urbana.

De acordo com o gráfico 4, abaixo, observa-se que a incidência da pobreza na zona rural é muito superior à incidência da pobreza no Brasil e na zona urbana. A intensidade das privações, por sua vez, não se distancia tanto entre as três categorias. Assim, o IPM da zona rural é expressivamente mais elevado do que o da zona urbana, indicando que as pessoas que moram no campo enfrentam privações em maiores proporções.

Tais resultados estão de acordo com os obtidos na pesquisa de Fahel, Teles e Caminhas (2016). Os autores apontam que, ao analisar a evolução dos dados brasileiros de 2002 até 2013, observou-se que ambas áreas geográficas apresentaram progresso, entretanto, o padrão do índice de pobreza multidimensional continua apontando grandes disparidades entre as zonas urbana e rural. Além disso, todos os indicadores apresentam maiores privações para a população que vive no rural.

Gráfico 4 – Comparação entre os resultados obtidos para as zonas rural, urbana e Brasil



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

Ademais, Serra (2017), autora da pesquisa que levou o Prêmio CAPES de Tese 2018, construiu um índice de pobreza multidimensional baseado na combinação do método Alkire-Foster e do modelo hierárquico de Permanyer, que identifica os pobres em uma população por meio de um perfil de pobreza. A autora aponta que o modelo hierárquico é capaz de aprimorar o método AF na etapa de identificação dos pobres. Os resultados mostram que, apesar da melhora nos indicadores avaliados, ainda há grandes disparidades em termos de privações entre as áreas rurais e urbanas. Além disso, aponta avanços substanciais no que tange ao acesso à eletricidade e a bens de consumo duráveis nas áreas rurais, entretanto, ainda se constata graves privações em saneamento e educação básica.

Nepomoceno (2021) atenta para os impactos da pandemia na agricultura familiar: escoamento da produção, aumento da vulnerabilidade social e redução da renda dos produtores. Ademais, o meio ambiente foi prejudicado pelo gerenciamento ineficiente dos resíduos e por questões que ultrapassam o caráter da degradação em suas vertentes, mas que dizem respeito, sobretudo, a ideia de economia que está acima da sustentabilidade. A autora destaca a necessidade de mudança nas relações entre sociedade, desenvolvimento e meio ambiente.

Visando a superação da pobreza rural, Serra (2017) atenta para algumas estratégias apontadas na literatura: políticas visando o aumento de oportunidades de trabalho e geração de renda, aumento da capacidade de organização dos atores locais, construção de novos mercados

para os agricultores de pequena escala, e, por fim, expansão das liberdades dos indivíduos com fins na participação da transformação do meio rural. Nepomoceno (2021) aponta para elaboração e efetivação real de políticas públicas, aliadas aos elementos norteadores da agricultura familiar: i) ações de fortalecimento dos mercados locais; ii) acesso à terra; iii) apoio do governo municipal; iv) medidas constantes de conscientização ambiental; v) assistência técnica; e, vi) extensão rural.

4.2.4 Decomposição do índice de pobreza por macrorregiões do Brasil

Ao decompor o índice pelas cinco macrorregiões brasileiras – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – observa-se, através da tabela 2, que o maior nível de incidência da pobreza acomete a região Nordeste, onde 82,8% das pessoas são consideradas multidimensionalmente pobres. Em seguida, tem-se a região Norte, com incidência de 79,8%. Já a região Sul é a que possui o menor nível de incidência, com 64,7% dos indivíduos considerados privados.

O hiato de pobreza média, que traduz a intensidade de privação que as pessoas pobres sofrem, é maior também na região Nordeste, apontando que as pessoas pobres sofrem privações, em média, em 41,9% dos indicadores. Já a região com menor intensidade de privações é a região Norte, com 40,9% de privações nos indicadores avaliados.

Tabela 2 – Resultados do IPM-COVID-19 para as macrorregiões brasileiras

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Incidência (H)	0,798	0,828	0,702	0,647	0,709
Intensidade (A)	0,409	0,419	0,413	0,411	0,413
IPM	0,327	0,347	0,290	0,266	0,293

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

O índice de pobreza multidimensional se destaca na região Nordeste, seguido da região Norte, com 34,7% e 32,7%, respectivamente. A região Sul é a que possui o menor IPM, em que seus residentes sofrem 26,6% do máximo de privações que poderiam sofrer.

No gráfico 5, abaixo, é possível observar através da intensidade das cores o nível de pobreza multidimensional que acomete cada região brasileira. Como já exposto, a região Nordeste é a que possui maior IPM, seguida da região Nordeste. Após, tem-se a região Centro-Oeste, Sudeste, e por fim, Sul.

Gráfico 5 – Índice de Pobreza Multidimensional por macrorregião brasileira



Fonte: Elaboração própria com base na PNAD COVID-19 de 2020.

Os resultados obtidos através de nosso modelo conceitual de análise estão de acordo com os obtidos na pesquisa Fahel, Teles e Caminhas (2016), na qual analisam a pobreza multidimensional do Brasil entre 2002 e 2013. De acordo com os autores, o Nordeste e o Norte são as regiões onde a pobreza é mais intensa; já a região Sul, seguida das regiões Sudeste e Centro-Oeste, é a mais bem posicionada. Ainda, destacam que o indicador “anos de escolaridade” possui alta contribuição relativa para os índices obtidos em todas as regiões, entretanto, no Nordeste e Norte, a maior contribuição relativa é a dos indicadores de serviços básicos de saneamento.

Já a pesquisa de Silva, Bruno e Silva (2020) sobre a pobreza no Brasil no período de 2004 a 2015 aponta que a região com maior IPM é a região Norte, seguida da região Nordeste; e a região com menor IPM é a região Sul. Os autores apontam os altos índices de pobreza multidimensional no Norte e Nordeste como resultados de um processo histórico, gerador de uma dinâmica que impulsiona as regiões aos chamados bolsões de pobreza. Celso Furtado (1992, p. 55), bem sinaliza que “a pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento,

tem com frequência origem numa situação de privação original do acesso à terra e à moradia. Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos dos mercados”.

Ao fazer uma comparação generalizada, incluindo todos os recortes, observou-se que o maior nível de incidência da pobreza é o que acomete os indivíduos autodeclarados brancos, caracterizando 86,8% das pessoas brancas como multidimensionalmente pobres. Após, tem-se que o segundo maior nível de incidência da pobreza é o da população que reside no rural, compreendendo 84,4% dos indivíduos.

Em questão de intensidade de privações, tem-se que o maior hiato de pobreza média é o da população rural, indicando que os indivíduos pobres do rural sofrem privações, em média, em 42,3% dos indicadores. Em seguida, o segundo maior hiato de pobreza média é o da região Nordeste, na qual os indivíduos pobres sofrem, em média, 41,9% de privações nos indicadores avaliados.

Já ao observar o índice de pobreza multidimensional obtido em cada recorte, tem-se que a zona rural é a mais afetada, com um IPM de 35,7%. Em seguida, a região Nordeste é a que possui o segundo maior IPM, com 37,7% do máximo de privações que poderia sofrer.

Esses resultados estão em consonância com diversos outros encontrados na literatura, apontando que existe, no geral, grupos estruturalmente mais pobres que outros. Identificar as dimensões de maior pobreza de cada grupo e em cada contexto específico pode ajudar no melhor direcionamento de políticas públicas e nos esforços de erradicação da pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado na revisão de literatura, o conceito de pobreza apresenta uma trajetória de evolução: desde o conceito mais primitivo, de subsistência, até o mais atual, de privação das capacidades. Embora as definições variem, é quase um consenso universal que a pobreza que acomete um indivíduo ou uma nação não pode ser avaliada somente através do nível de renda.

Sob a ótica de Amartya Sen (2000), ser pobre significa ser privado das capacidades básicas, ou seja, não possuir oportunidades ou liberdades reais de realizar o que quer ou precisa para viver com dignidade. Desta forma, a pobreza é entendida como um fenômeno multidimensional e multifacetado, uma vez que o indivíduo pode sofrer privações nas diversas dimensões de sua vida. Além disso, a pobreza é influenciada pelas relações de poder, ou hierarquias sociais, que são capazes de determinar o maior ou menor acesso dos indivíduos a recursos materiais, sociais e culturais (CEPAL, 2004).

Foi através da Abordagem das Capacitações de Sen (2000) que Alkire e Foster (2007) desenvolveram um método para medição da pobreza multidimensional. O *dual cut-off method of identification* identifica os indivíduos pobres através de duas linhas de corte: a primeira determina quem é privado e quem é não privado em cada indicador e dimensão, e a segunda estabelece o número de indicadores que um indivíduo precisa ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre. O método proporciona três índices: o *Headcount* (H) ou incidência da pobreza, que identifica a proporção de indivíduos pobres em relação ao total de indivíduos; o hiato de pobreza média (A), que verifica a intensidade das privações sofridas pelos indivíduos considerados pobres; e a incidência ajustada (M0), ou Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que é uma combinação das duas medidas anteriores e expressa a proporção de privações que pessoas multidimensionalmente pobres sofrem, em relação ao total de privações que as pessoas poderiam sofrer. Além disso, é possível verificar a contribuição que cada indicador possui para o nível de pobreza avaliado.

Esta monografia foi elaborada com o objetivo de construir um modelo de análise da pobreza multidimensional no Brasil durante o período pandêmico. Este, que resultou em mais de 670 mil mortes no Brasil, mais de 6 milhões no mundo, taxas históricas de desemprego, colapso no sistema de saúde, intensificação da desigualdade social e aprofundamento da pobreza extrema.

Como já exposto, com base no modelo conceitual construído e operacionalizado através do método Alkire-Foster, a incidência da pobreza sobre a população brasileira na pandemia foi

de 0,747, indicando que 74,7% dos brasileiros são considerados multidimensionalmente pobres. Além disso, o nível de intensidade da pobreza que acomete estes indivíduos é 0,414, o que significa que os indivíduos considerados pobres são privados, em média, em 41,4% dos indicadores avaliados. Posto isso, o índice de pobreza multidimensional é de 0,309, indicando que a população brasileira sofre 30,9% do máximo de privações que poderia sofrer. Neste sentido, um IPM de valor 1, ou de 100%, indica que todos os indivíduos são privados em todos os indicadores.

Alkire e Foster (2007) apontam que é possível decompor o índice para subgrupos da população, a fim de analisar como a pobreza acomete os diferentes grupos sociais. Ao aplicar um recorte de gênero, observou-se que as mulheres apresentam um índice de pobreza multidimensional superior ao dos homens. Estudos apontam diversos fatores, alicerçados na estrutura patriarcal, que contribuem para uma sobre posição feminina da pobreza. Ao decompor o índice com uma perspectiva racial, observou-se que as pessoas não brancas apresentam um IPM superior ao de pessoas brancas; neste sentido, o PNUD (2021) atenta para os elevados índices de pobreza dos povos indígenas na América Latina. Além disso, constatou-se que a população rural apresenta um índice consideravelmente superior ao da população urbana, o que corrobora com os resultados apontados por Serra (2017). E por fim, ao decompor o índice pelas cinco macrorregiões brasileiras, observou-se que o IPM mais elevado é o da região Nordeste, enquanto o menor índice é o da região Sul, resultados que vão de encontro aos obtidos em diversas pesquisas.

A adoção de uma análise multidimensional de pobreza pode contribuir para uma melhor condução e direcionamento de políticas públicas e sociais. Identificar o perfil dos indivíduos pobres, bem como as privações que sofrem em maior intensidade, pode auxiliar o Estado na formulação de estratégias que visem a resolução dos problemas identificados. Compreender a pobreza nas suas diversas dimensões e particularidades pode possibilitar a implementação de políticas focalizadas, resultando em uma maior efetividade em termos de custos e resultados.

Como limitação da análise, pode-se apontar a identificação dos privados e não privados na dimensão trabalho, tendo em vista que todos os indivíduos que não trabalharam foram identificados como privados. Além disso, a análise limita-se aos indicadores explorados na PNAD COVID-19, não contemplando todas as dimensões relevantes para o bem-estar de uma pessoa. Assim sendo, fazem-se necessários estudos e análises dos impactos do coronavírus no contexto socioeconômico brasileiro, uma vez que este fenômeno sem precedentes resultou em uma crise a nível global. Compreender as dimensões afetadas, bem como os impactos que irão

perdurar a médio e longo prazo, é essencial para a condução de políticas que visem remediar as sequelas deixadas na economia e na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina. Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts. Background paper for the 2010 Human Development Report. OPHI Working Paper No. 36 Oxford: **Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)**, 2010. Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI_WP36.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and Multidimensional Poverty. OPHI's Research in Progress 1a. Oxford: **Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)**, 2007. Disponível em: <<https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-RP1a.pdf>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. OPHI Working Paper No. 32. Oxford: **Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)**, 2009. Disponível em: <<https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>>. Acesso em: jan. 2022.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Multidimensional Poverty Index. OPHI Research Brief. Oxford: **Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)**, 2010. Disponível em: <<https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-MPI-Brief.pdf>>. Acesso em: jan. 2022.

ANAND, S.; SEN, A. **Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective**. Human Development Papers. New York: UNDP, 1997.

BONIN, L.F.R. Educação, consciência e cidadania. In: SILVEIRA, A.F., et al., org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 92-104. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-10.pdf>>. Acesso em: fev. 2022.

BORGES, M. S. Gênero e Violência: Mulheres Multivalentes?. **Revista Cantareira** - edição 24 / jan-jun, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27900>> Acesso em jul. 2022.

CALGARO, F. Congresso derruba veto ao uso obrigatório de máscara em escola e comércio. **G1**, Brasília, 19 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/19/camara-derruba-veto-ao-uso-obrigatorio-de-mascara-em-escola-e-comercio-falta-senado-votar.ghtml>>. Acesso em: fev. 2022.

CAMPELLO, Tereza. Pobreza Multidimensional: A aproximação dos vários Brasis. Faces Da Desigualdade No Brasil: Um Olhar Sobre Os Que Ficam Para Trás, **CLACSO**, pp. 68–73, JSTOR, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctvtxw2vg.12>>. Acesso em: jul. 2022.

CASTRO, J. A. **Dimensão e medição da pobreza extrema e a situação social e pobreza extrema no Rio Grande do Sul**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/110526_apresentacao_pobrezaextrema_rs.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

CASTRO, R. Observatório Covid-19 aponta maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil. **Agência Fiocruz de Notícias**. Portal Fiocruz, 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-aponta-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia-do-brasil>>. Acesso em: fev. 2022.

COSTA, D. C. A. R. et al. Oferta pública e privada de leitos e acesso aos cuidados à saúde na pandemia de Covid-19 no Brasil. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 4, p. 232-247, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/39jsyjTLxGZHFQXrs4VVMRS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: jun. 2022.

COSTA, J. S. et al. **A face feminina da pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA (texto para discussão n°1137), nov. 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

COSTA, N. do R.; LAGO, M. J. do. **A disponibilidade de leitos em Unidade de Tratamento Intensivo no SUS e nos planos de saúde diante da epidemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro, 27 mar. 2020. Disponível em: <[https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/DISPONIBILIDADE%20DE%20UTI%20NO%20BRASIL_27_03_2020\(1\)\(2\).pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/DISPONIBILIDADE%20DE%20UTI%20NO%20BRASIL_27_03_2020(1)(2).pdf)> Acesso em: jun. 2022.

COSTA, S. da S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, 54(4):969-978, jul- ago, 2020.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA (texto para discussão n° 1332), 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE [CEPAL]. **Mujer y Desarrollo: Understanding poverty from a gender perspective**. Santiago de Chile: Women and Development Unit, 2004. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5926/1/S046466_en.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **Panorama Social da América Latina 2021**. Resumo executivo (LC/PUB.2021/18), Santiago, 2022. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47808/1/S2100656_pt.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2002. Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482002000200003.pdf>. Acesso em nov. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria n° 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em: fev. 2022.

FAHEL, M. C. X.; LEITE, G. P.; TELES, L. R. Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. Num. 8, Jul/Dez 2014. Disponível em: <<https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbma201408004>>. Acesso em: nov. 2021.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. PARA ALÉM DA RENDA: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 31, nº 92, outubro/2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/319205/2016>>. Acesso em: jul. 2022.

FERREIRA, E. L. Como definir pobreza? A síntese da trajetória de um conceito. **Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás: Anápolis-GO**, vol. 12, nº 02, p. 268-284 Jul/Dez. 2016.

FIOCRUZ. Boletim Extraordinário. **Boletim Observatório Covid-19**. Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

FOSTER, James. A Report on Mexican Multidimensional Poverty Measurement. **Oxford Poverty and Human Development Initiative**, Working Paper No. 40, October 2007.

FRANCO, R. F.; STRALEN, C. J. V. O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 402-419, dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p402>>. Acesso em: fev. 2022.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, 29 (2), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200009>>. Acesso em: fev. 2022.

GARCIA, Leila Posenato. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 29(2):e2020023, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200021>>. Acesso em: fev. 2022.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. dos S.; NASCIMENTO, J. A. S. O trabalho remoto e a pandemia: o que a pnad covid-19 nos mostrou. Carta de Conjuntura. Número 50 — Nota de Conjuntura 8 — 1º Trimestre de 2021. **IPEA**, fev. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10472/6/CC_50_mt_trabalho_remoto_e_a_pandemia.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

_____. Condição de ocupação do domicílio. **Notas Técnicas**, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0>. Acesso em: fev. 2022.

_____. Desemprego mantém recorde de 14,7% no trimestre encerrado em abril. **Notícias**, 2021a Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31050-desemprego-mantem-recorde-de-14-7-no-trimestre-encerrado-em-abril>>. Acesso em fev: 2022.

_____. **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas**, 2020a. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>>. Acesso em: fev. 2022.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. **O que é**, 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. **Microdados**, 2020c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=microdados>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. **Notas Técnicas. Comunicado Encerramento**, 2020d. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD_COVID19/Notas_Tecnicas/Comunicado_Encerramento_PNAD_COVID_19.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. **Conceitos e métodos. Metodologia**, 2020e. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=conceitos-e-metodos>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. **Questionário de novembro**, 2020f. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5601.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

_____. PNAD CONTÍNUA – TIC. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. 2021b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

KUKLYS, W. **Amartya Sen's Capabilitiy Approach: theoretical insights and empirical applications**. Berlin: Springer-Verlag, 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Ad9qQhSRed4C&hl=pt-BR>>. Acesso em: fev. 2022.

LEITE NETO, F. C. **Endividamento por empréstimos consignados de docentes da educação básica da rede pública estadual em Macapá/AP (2003 a 2016)**. Universidade Federal do Amapá: Macapá, 2019.

LIMA, A. L. M. C. Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa. In: BAHIA, **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (Org.)**. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador, v. 63, p. 01-263, 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-pop-196.pdf>>. Acesso em: dez. 2021.

LIMA, A. V. de; FREITAS, E. de A. A Pandemia E Os Impactos Na Economia Brasileira. *Boletim Economia Empírica*, VOL I | N° IV | 2020.

LIMA NETO, O. et al. Impacto Da Pandemia Na Economia Brasileira. **Revista Gestão em Foco** - Edição nº 14 – Ano: 2022.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: Conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina - PR**. 2007. 175p. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2007.

MATTEI; HEINEN. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, 40 (4) • Oct-Dec 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>>. Acesso em: jun. 2022.

MINAYO, M. C. S.; GUALHANO, L. Importância intangível do SUS. *SciELO em Perspectiva | Press Releases*, 2021. Disponível em: <<https://pressreleases.scielo.org/blog/2021/11/08/importancia-intangivel-do-sus/>>. Acesso em: fev. 2022.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015>>. Acesso em: jan. 2022.

NATIVIDADE, M. S. et al. Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (9), set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22142020>>. Acesso em: jul. 2022.

NEPOMOCENO, T. A. R. EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA NO BRASIL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 86–96, 2021. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/461>>. Acesso em: jul. 2022.

NERI, Marcelo C.; FONTES, Adriana. **Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas**. FGV Social: Rio de Janeiro, 2010.

NEVES, D. R. et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. FGV EBAPE. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395159388>>. Acesso em: mar. 2022.

NEVES, J. A. et al. Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. **Revista de Nutrição**, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>>. Acesso em: jul. 2022.

OLIVEIRA, A. C.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? **Texto & Contexto Enfermagem**, 2020, v.29:e20200106. Seção Especial COVID-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0106>>. Acesso em: fev. 2022.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

OLIVEIRA, J; MENDONÇA, H. Mães recorrem a creches informais e vivem ‘pesadelo logístico’ para conciliar filhos e trabalho na pandemia. **El País**, São Paulo, 13 dez. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-13/maes-recorrem-a-creches-informais-e-vivem-pesadelo-logistico-para-cuidar-dos-filhos-na-pandemia-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: fev. 2022.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial no brasil nas três últimas décadas**. Brasília: IPEA (texto para discussão n° 2657), mai. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/210611_td_2657.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

OVEJERO, A. B. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o stress no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>>. Acesso em: jan 2022.

PAIVA, C. C. de; PAIVA, S. C. F. de. No Brasil, impacto econômico da pandemia será forte e duradouro. **Jornal da UNESP**, 02 jul. 2021. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2021/07/02/no-brasil-impacto-economico-da-pandemia-sera-forte-e-duradouro/>>. Acesso em: jul. 2022.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Metrópole e Saúde**; estudos avançados 30 (86), janeiro-abril 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100004>>. Acesso em: fev. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. Edição do 20º Aniversário. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. New York, 2010. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2010>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. New York, 2014. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2014>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020**. A próxima fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno. New York, 2020. Disponível em:

<<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%B3xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>>. Acesso em: jan. 2022.

_____. **2021 Global Multidimensional Poverty Index (MPI):** Unmasking disparities by ethnicity, caste and gender. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: New York, 2021. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents//2021mpireportenpdf.pdf>>. Acesso em: jul. 2022.

RAIHER, A. P. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 116–128, 2016. DOI: 10.48075/igepec.v20i1.13531. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/13531>. Acesso em: jul. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL [Rede PENSSAN]. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, C. T. **Mudanças no perfil de pobreza no Brasil:** uma análise multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2014.

RODRIGUES, M. Bolsonaro contraria ciência e diz a apoiadores que eficácia de máscara é 'quase nenhuma'. **G1**, Brasília, 19 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/19/bolsonaro-contraria-ciencia-e-diz-a-apoiadores-que-eficacia-de-mascara-e-quase-nenhuma.ghtml>>. Acesso em: fev. 2022.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

SCRIPPS RESEARCH. News and Events. **The COVID-19 coronavirus epidemic has a natural origin, scientists say**. 2020. Disponível em: <<https://www.scripps.edu/news-and-events/press-room/2020/20200317-andersen-covid-19-coronavirus.html>>. Acesso em: fev. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. **Econometrica: The Econometric Society**. Vol. 44, No. 2, pp. 219-231, 1976. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/1912718>>. Acesso em: fev. 2022.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL [SENAC]; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **O que você precisa saber sobre a Previdência Social**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 13-75.

SIEGFRIED, Kristy. Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de COVID-19. **Agência da ONU para Refugiados [ACNUR]**, 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em jul. 2022.

SILBER, S. D. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. **Impactos da pandemia**, Estudos avançados, 34 (100), set-dez 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.008>>. Acesso em: jul. 2022.

SILVA, J. J.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, vol. 40, nº 1, pp. 138-160, janeiro-março/2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572020-2924>>. Acesso em: jul. 2022.

SOUZA, Augusto Carvalho. **Abordagem das Capacitações**: aplicação do método GoM na construção de indicadores de bem-estar. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-9JGQRC/1/tese_augusto_carvalho_souza_com_ficha_cat_1.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

SOUZA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Mercado de trabalho**. Estud. av. 30 (87). May-Aug 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>>. Acesso em: jul. 2022.

THE WORLD BANK. **Brazil Poverty and Equity Assessment**: Looking Ahead of Two Crises. Washington D.C.: World Bank. 2022. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37657/P1746910e33a8407d0b0850b8f0f5bcf18c.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: jul. 2022.

TOWNSEND, Peter. **The International Analysis of Poverty**. Routledge: New York, 1993.

UNITED NATIONS. Sustainable Development Goals. **Goal 1: End poverty in all its forms everywhere**. 2019. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/goal-01/>>. Acesso em: fev. 2022.

_____. Sustainable Development Goals. **Goal 2: Zero Hunger**. 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/hunger/>>. Acesso em: fev. 2022.

VIACAVA, F. et al. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciênc. saúde colet**. 23 (6) Junho, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.06022018>>. Acesso em: fev. 2022.

VIEIRA, C. de A. **Método Alkire-Foster**: uma aplicação para a medição da Pobreza Multidimensional no Rio Grande Do Sul (2000-2010), 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6625>>. Acesso em: nov. 2021.

VIEIRA, C. DE A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação Para A Medição De Pobreza Multidimensional No Rio Grande Do Sul (2000-2010). **Planejamento E Políticas Públicas**, (48), 2021. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/703>>. Acesso em: jul. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. Brazil. **The current COVID-19 situation**. 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/countries/bra/>>. Acesso em: jul. 2022.

_____. News. **Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)**. 2020a. Disponível em: <[https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: fev. 2022.

_____. Speeches. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020**. 2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: fev. 2022.

_____. **Considerations for quarantine of individuals in the context of containment for coronavirus disease (COVID19): interim guidance**, 19 March 2020. 2020c. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/331497>>. Acesso em: jun. 2022.

ZAMBAM, Neuro José. **A Teoria da Justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul: Porto Alegre, 2009.

ZHU, N., et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **The New England Journal of Medicine**. 2020. Disponível em: <<https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmoa2001017>>. Acesso em: fev. 2022.